

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HENRIQUE CALEGARE TEIXEIRA DE MIRANDA

O IRÃ SOB O IMPERIALISMO NORTE AMERICANO NA GUERRA FRIA: DO XÁ À
GUERRA IRÃ-IRAQUE DE 1980.

São Paulo

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

HENRIQUE CALEGARE TEIXEIRA DE MIRANDA

O IRÃ SOB O IMPERIALISMO NORTE AMERICANO NA GUERRA FRIA: DO XÁ À
GUERRA IRÃ-IRAQUE DE 1980

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Huberman

São Paulo
2023

AGRADECIMENTOS

Minha caminhada até chegar a este momento é repleta de alegrias, felicidades e muitas pessoas com quem tive a oportunidade de compartilhar momentos incríveis. Cada uma delas me auxiliou e torceu pelo meu sucesso. Todos aqui tem meu coração!

Indispensável a minha existência, agradeço aos meus pais por todo o suporte, carinho, amor, cobrança e empenho para que chegasse a este momento. Vocês são os pilares da minha vida e nada poderia ter sido possível sem a ajuda de vocês.

Ao meu pai, Sr. Claudir, quem teve a paciência e resiliência de me auxiliar em todo este processo, que leu cada uma das páginas escritas neste trabalho e me auxiliou ao decorrer deste processo, meus sinceros agradecimentos.

Minha família como um todo, especialmente meus irmãos Igor e Beatriz, que da maneira própria sempre foram e serão meus grandes suportes da vida, agradeço a paciência e amor.

Aos amigos que fiz ao longo da graduação, especialmente Lorenza Diniz, Jeanderson Jesus e Isadora Moreno nada disso teria sido possível sem vocês. Meus grandes companheiros e confidentes de vida, obrigado pela oportunidade de compartilhá-la com vocês! Ela se tornou muita mais feliz de viver.

Não obstante, agradeço à instituição de ensino Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que me proporcionou inúmeros momentos de felicidade, amores, alegrias, choros, e acima de tudo, companheirismo, união e amizade. Jamais esquecerei de meu tempo aqui, e para sempre serei um filho da PUC.

Por fim, a minha namorada e companheira Maithê Morganti, que acompanhou todo meu processo de elaboração desse trabalho, agradeço a paciência e amor! Minha companheira de vida, quero que continue comigo nesta jornada, para essa e todas as demais conquistas! Amo dividir a vida com você!

RESUMO

A Guerra Fria (1947-1989), marcada pela rivalidade entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), teve a estratégia de contenção soviética como foco central, especialmente no Oriente Médio, com ênfase no Irã. A formulação dessa estratégia foi influenciada pela localização estratégica iraniana, sua presença na indústria petrolífera, e a expressa vontade do Irã de desempenhar o papel de defensor no Golfo Pérsico, assim tornando-se peça-chave nas estratégias de contenção dos EUA. Documentos do Conselho de Segurança Nacional (NSC) dos EUA desempenharam papel crucial na análise dessa relação. Eventos críticos, como a Revolução Islâmica de 1979 e a Guerra Irã-Iraque de 1980, também impactaram as relações entre EUA e Irã. Diante disso, a presente pesquisa visa preencher lacunas no entendimento dessas interações, examinando detalhadamente os documentos oficiais e contribuindo de forma significativa para o debate acadêmico sobre o papel do Irã como um aliado estratégico dos Estados Unidos na região, contribuindo para a reflexão crítica sobre o papel dos interesses geopolíticos na formação de alianças durante períodos de grande complexidade internacional.

Palavras-chave: Estados Unidos da América; Irã; Guerra Fria; Contenção; Conselho de Segurança Nacional

ABSTRACT

The Cold War (1947-1989), marked by rivalry between the United States of America (USA) and the Union of Soviet Socialist Republics (USSR), had the Soviet containment strategy as its central focus, especially in the Middle East, with an emphasis on Iran. The formulation of this strategy was influenced by Iran's strategic location, its presence in the oil industry, and Iran's expressed willingness to play the role of defender in the Persian Gulf, thus becoming a key player in US containment strategies. Documents from the United States National Security Council (NSC) played a crucial role in analyzing this relationship. Critical events, such as the Islamic Revolution of 1979 and the Iran-Iraq War of 1980, also impacted US-Iran relations. In light of this, the present research aims to fill gaps in the understanding of these interactions, examining official documents in detail and contributing significantly to the academic debate on Iran's role as a strategic ally of the United States in the region, providing critical insights into the role of geopolitical interests in forming alliances during periods of great international complexity.

Key-words: United States of America; Iran; Cold War; Containment; National Security Council

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIOC	<i>Anglo-Iranian Oil Company</i>
AUB	<i>American University of Beirut</i>
AWACS	<i>Airborne Warning and Control System</i>
CENTO	<i>Central Treaty Organization</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
EUA	Estados Unidos da América
MEC	<i>Middle East Command</i>
MEDO	<i>Middle East Defense Organization</i>
MOSSAD	<i>Institute for Intelligence and Special Operations of the State of Israel</i>
NSC	<i>National Security Council</i>
OM	Oriente Médio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SAVAK	<i>Sazman-e Ettelaat va Amniyat-e Keshvar</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PARA O ORIENTE MÉDIO NA GUERRA FRIA: ORIGEM, CONTENÇÃO E PRESSÕES SOVIÉTICAS	11
2.1. Política externa dos EUA para o OM até 1945: educação, comércio e sionismo	11
2.1.2 Política externa dos EUA para o OM após 1945: a política de contenção	13
2.2 O Oriente Médio na Guerra Fria a as pressões soviéticas	17
3. O IRÃ NA INFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA DOS EUA DURANTE A GUERRA FRIA: ORIGENS, MANUTENÇÃO E REVOLUÇÃO.	23
3.1 As relações Bilaterais EUA-Irã: origens na Doutrina Truman.	24
3.2 A CIA e o culto de <i>covert actions</i>: o golpe de Mosaddeq.	25
3.3 A ascensão do Xá e os <i>proxies</i> de Nixon	29
3.4 Revolução Iraniana de 1979: o fim do bastião e <i>proxie</i> norte americano – Irã. ...	32
4. A GUERRA IRÃ-IRAQUE DE 1980: DA PERDA DO ALIADO À MANUTENÇÃO DOS INTERESSES	34
4.1 A Guerra- Irã-Iraque de 1980: o discrepante conflito na Guerra Fria.	34
4.2 O Caso Irã-Contras	38
4.3 O fim: o Irã pós Guerra e a política externa norte americana.	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:	42
6. REFERÊNCIAS:	44

1. INTRODUÇÃO

O período histórico convencionado de Guerra Fria compreende o período pós Segunda Guerra Mundial, especificamente de 1947 até 1989. Neste intervalo temporal da história moderna da humanidade, foi deflagrada a confrontação entre as duas super potências políticas e militares, Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, pela hegemonia global, sobretudo sobre a consolidação do modelo político-econômico de organização da sociedade, capitalista e socialista. Através de sua influência direta ou indireta, essas potências empreenderam diversas estratégias e doutrinas a fim de adquirir o alinhamento de demais Estados para expandir e consolidar seu projeto hegemônico e deflagrar-se como o único vencedor.

No contexto norte-americano, a principal estratégia adotada para conter a expansão do regime soviético, foi a chamada “política de contenção”, baseada no telegrama do diplomata estadunidense George Kennan. Neste documento, Kennan relatava os objetivos e princípios da política externa norte-americana, destacando que dentre as circunstâncias daquele período, o principal elemento de sua estratégia em direção à União Soviética deveria ser “a de uma contenção de longo prazo, paciente, mas firme, e vigilante das tendências expansionistas russas” (KENNAN apud PECEQUILO, 2011). Para isso, essa estratégia precisava contar com determinados países, estrategicamente escolhidos e posicionados, aos arredores da URSS, incluindo regiões como o Sudeste Asiático, o Extremo Oriente e, principalmente, o Oriente Médio.

Com o declínio gradual da influência dos impérios europeus no Oriente Médio e no Mediterrâneo Oriental, a região tornou-se um cenário para o exercício crescente da hegemonia dos Estados Unidos. Para fortalecer sua influência sobre as nações em processo de descolonização, Washington implementou diversas doutrinas e estratégias, destacando-se as famosas doutrinas Truman (1947) e Eisenhower (1957), que visavam estabelecer uma zona de contenção contra a União Soviética.

Neste cenário, o Irã surge como uma peça-chave na política externa de contenção norte-americana. O trabalho destaca quatro fatores que pautaram as decisões de Washington em fazer do Irã seu aliado e bastião do Ocidente na região: (1) sua proximidade geográfica com a URSS, que serviria como local de monitoramento das atividades militares soviéticas; (2) a robusta presença econômica, oriunda da indústria petrolífera, significava aos EUA que possuir tamanha influência no Irã, permitiria manipular tanto a produção mundial de petróleo, como seu fluxo para o resto do mundo; (3) a amistosidade que o governo iraniano de *Mohammed Reza Pahlevi*, doravante conhecido como Xá, demonstrava para Washington; e (4) sobretudo o

desejo Irã em se tornar o grande defensor do Golfo Pérsico. Esses fatores contribuíram para o Irã constituir-se como uma peça-chave na política externa norte americana de contenção à URSS durante a Guerra Fria

Ainda neste processo, a escolha do Irã durante a Guerra Fria como objeto desta pesquisa abrange importantes acontecimentos que moldaram as relações entre EUA e Irã até os dias de hoje. Neste sentido, a compreensão da Revolução Islâmica de 1979, que representou o fim definitivo da doutrina de contenção e implicou na perda do principal aliado norte-americano na região, se faz tão pertinente a análise quanto a Guerra entre Irã e Iraque de 1980.

O conflito deflagrado entre as dois estados árabes, perpassou uma dupla interferência estadunidense, mas principalmente o escândalo político Irã-Contras, consistente na venda de mísseis ao Irã para financiamento de grupos contrarrevolucionários na Nicarágua. Tal escândalo político possuiu grande destaque para conflagrar a interferência norte americana na preservação de seus interesses no Oriente Médio.

Com tais considerações em mente, o presente trabalho buscou compreender através de quais políticas e estratégias os EUA fizeram do Irã seu aliado durante a Guerra Fria, principalmente para a manutenção de seus interesses imperialistas de consolidação de seu projeto hegemônico capitalista. No entanto, pesquisas mais conhecidas sobre o assunto são normalmente direcionadas ao estudo das relações entre EUA e Iraque, principalmente devido a Guerra do Golfo, e poucas se estendem à compreensão das relações com o Irã neste período, sendo mais estudado no período pós Revolução Islâmica, caindo no senso comum de que as relações entre ambos, sempre foram de rompimento diplomático e aversão. Assim, com motivações de enriquecer o debate e estudo sobre o Irã, especialmente na língua portuguesa, e na busca por esclarecimentos dessa relação na Guerra Fria, propõe-se a realizar essa investigação sobre as relações entre os países.

Desse modo, neste trabalho, através de extensa revisão bibliográfica e análise dos principais documentos do Conselho de Segurança Nacional (NSC) dos EUA que pautaram a política externa dos EUA para o Oriente Médio (OM), este estudo identificou uma lacuna importante na literatura existente, ao conectar as interações entre EUA, OM e principalmente Irã, no decorrer dos quase 50 anos da Guerra Fria e trouxe à luz como esses atores procuraram se relacionar durante esse período, sobretudo como se encaixava na pauta de consolidação do projeto hegemônico capitalista norte-americano.

Diante disso, a análise parte das relações dos EUA com o OM e como foi formada e implementada a política de contenção para essa região. Além disso, explora-se como se deram as relações entre Irã e EUA ao longo desse espaço temporal, através de intromissões na política

regional iraniana e congruência de interesses entre a elite monárquica do Irã e os formuladores de política de Washington. Por fim, a pesquisa volta-se à investigação dos anos finais da Guerra Fria, e como a Revolução de 1979 e a Guerra Irã-Iraque deflagaram a manutenção dos interesses estadunidenses já num contexto final da Guerra Fria, marcado pelo rompimento das relações diplomáticas entre Irã e EUA.

A fim de alcançar esses objetivos, foi realizado uma revisão bibliográfica que abrange autores especialistas nas relações entre EUA e OM, além de documentos desclassificados do Departamento de Estado e do NSC que permitiram a análise empírica de tais políticas para a região. Contou-se também, com análise de artigos e livros de ex-agentes da CIA e oficiais do corpo diplomático, para empreender uma análise mais aprofundada sobre as interações entre ambos os Estados.

Dessa forma, pretende-se contribuir para o debate acadêmico acerca das relações entre EUA e Irã, fornecendo uma análise crítica sobre como o Irã foi um grande aliado norte-americano na Guerra Fria e bastião para a manutenção dos interesses Ocidentais no Oriente Médio.

2. ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PARA O ORIENTE MÉDIO NA GUERRA FRIA: ORIGEM, CONTENÇÃO E PRESSÕES SOVIÉTICAS

A região do OM, continuamente, vem ganhando importância na pauta da política externa norte-americana, principalmente depois da 2ª Guerra Mundial. Diversos fatores contribuíram para esse crescente interesse, como econômicos, estratégicos e políticos. Por ser uma área abrangente e possuir recursos vitais aos interesses estadunidenses, sua presença na região ganhou ainda mais relevância.

No entanto, para compreender esse processo é necessário analisá-lo desde o início, explorando como, por que, quais motivações políticas e estruturais foram responsáveis pelo crescente interesse dos EUA na região e, como esses acontecimentos se entrelaçaram com a política externa norte-americana. Para tanto, essa seção será dividida em três partes: (1) análise da política externa norte-americana para o OM até 1945; (2) a política externa norte-americana para a contenção na Guerra Fria e; (3) o Oriente Médio na Guerra Fria e as pressões soviéticas.

2.1. Política externa dos EUA para o OM até 1945: educação, comércio e sionismo

O Oriente Médio começou a ganhar destaque no horizonte diplomático e cultural dos Estados Unidos nos sécs. XIX e XX. Não apenas porque os missionários buscavam

“cristianizar” mais vidas, mas também porque os comerciantes dos EUA buscavam expandir seu comércio. Na década de 1870, empreendedores americanos estavam comprando quase metade da safra de ópio da Turquia para revenda na China, ao mesmo tempo em que forneciam ao Império Otomano desde navios de guerra até querosene (LITTLE, 2008).

No entanto, grupos religiosos americanos, especialmente os Presbiterianos, realizaram várias missões para a região que não eram apenas religiosas, mas também de caridade e médicas. Esses grupos surgiram em meados de 1820, quando a Junta Americana de Comissários para Missões Estrangeiras estabeleceu a primeira missão na região. Tais grupos e organizações filantrópicas começaram a dirigir-se ao Oriente Médio para realizar suas atividades junto à população e acabaram por influenciar e modernizar a educação na região (AL SARHAN, 2017). Neste sentido, essas organizações e grupos missionários estabeleceram algumas instituições de ensino, como o *Robert College* na Turquia, fundado em 1863, o *Syrian Protestant College*, posteriormente renomeado *American University of Beirut* (AUB) fundado em 1866, o *Istanbul Women's College* fundado em 1871 e a *American University of Cairo* fundada em 1919 (AL SARHAN, 2017). O AUB se tornou a instituição de ensino superior mais destacada do Oriente Médio e, ao final do século XIX, era um centro altamente influente para o surgimento e promoção do nacionalismo árabe. Nesse sentido, até a 1ª Guerra Mundial a relação dos EUA com o OM estava limitada a atividades comerciais, missionárias e educacionais.

Com o fim da 1ª GM e a desintegração do Império Otomano, os recém-formados Estados árabes foram postos sob o Sistema de Mandatos, sendo tutelados principalmente entre França e Reino Unido. Tal processo dava o controle europeu direto sobre os territórios pertencentes ao Império Otomano, com o direito de estabelecer e manter protetorados ou organizar zonas de controle indireto. Desse modo, os Estados conhecidos como Síria, Líbano, Jordânia, Iraque e Palestina, foram criados sob os auspícios franceses e britânicos, aos moldes do liberalismo europeu.

Rompendo com o paradigma anterior, que se limitava a relações comerciais e missionárias, em 1917, a administração do presidente Woodrow Wilson endossou uma carta do Secretário de Relações Exteriores britânico, Arthur Balfour, direcionada a Lord Lionel Rothschild, um líder sionista britânico. O objetivo da “*Balfour's Declaration*” era estabelecer uma “pátria nacional” para o povo judeu na Palestina. Em seguida, em 1922, uma resolução conjunta do Congresso foi aprovada sem oposição, conhecida como o “Mandato da Palestina”, que validou as reivindicações judaicas de assentamento em qualquer lugar da Palestina, desde o rio Jordão até o Mar Mediterrâneo. Quase dois meses depois, em 21 de setembro de 1922, o

presidente Warren G. Harding assinou a resolução conjunta, oficializando o estabelecimento de uma pátria nacional judaica na Palestina (AL SARHAN, 2017).

Durante a administração de Franklin D. Roosevelt, seu entusiasmo pelo movimento sionista e a Declaração de Balfour, fizeram com que a política externa norte-americana se aproximasse cada vez mais da vida política do OM, em especial, com a região da Palestina e a criação do Estado de Israel.

Por fim, no período entre as duas guerras mundiais, fica evidenciado que os Estados Unidos mantiveram uma participação política relativamente limitada nos assuntos da região, se atendo a uma política externa de “não envolvimento”. Por outro lado, estabeleceram uma série de contatos econômicos na região, negociando uma série de concessões no Irã, Kuwait, Arábia Saudita e Bahrein (AL SARHAN, 2017). Além disso, o governo norte americano passou a prestar mais atenção às significativas reservas de petróleo da região e começou a reavaliar sua importância para os interesses de segurança dos Estados Unidos, porém “foi apenas no final da Segunda Guerra Mundial que a região passou a ter alguma significância real na política externa dos Estados Unidos.” (ISMAEL *apud* AL SARHAN, 2017, tradução livre)¹

2.1.2 Política externa dos EUA para o OM após 1945: a política de contenção

Com o declínio gradual da influência dos impérios europeus no Oriente Médio e no Mediterrâneo Oriental, a região tornou-se um cenário para o exercício crescente da hegemonia dos Estados Unidos. Para fortalecer sua influência sobre as nações em processo de descolonização, Washington implementou diversas doutrinas e estratégias, destacando-se as famosas doutrinas Truman (1947) e Eisenhower (1957), que visavam estabelecer uma zona de contenção contra a União Soviética. Nesse sentido, a NSC-68, um documento ultrassecreto do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, datado de 14 de abril de 1950, foi o documento que formalmente delineou o planejamento dos Estados Unidos para a Guerra Fria e consolidou a estratégia de contenção a ser adotada (MUNHOZ, 2020).

O cenário político na região era de crescente sentimento nacionalista e pan-arabista, inspirados pelo movimento liderado por Gamal Abdel Nasser no Egito. Dessa forma, Washington possuía reais preocupações de que a União Soviética se aproveitaria dessa onda nacionalista e anticolonial para promover sua própria influência na região, deflagrando a necessidade estratégica de investir para trazer essa área para sua esfera de influência.

¹ “It was not until the end of the [Second World] war that the area came to assume any real significance in U.S. foreign policy.” (ISMAEL *apud* AL SARHAN, 2017, p.457.)

Desse modo, o conceito de contenção foi introduzido por George F. Kennan, então oficial diplomático dos Estados Unidos em Moscou, endereçado ao secretário de Estado do governo Harry Truman, James Francis Byrnes em 1946 por meio do "Longo Telegrama". Neste documento, Kennan relatava quais seriam as bases ideológicas e políticas da política externa Soviética, tendo como principal pilar a impossibilidade do convívio pacífico entre o capitalismo e socialismo (KENNAN, 1946), e que os Estados Unidos se apresentavam como o grande obstáculo às aspirações de poder da União Soviética. Conforme Kennan (1946, p.8), a política soviética se desenrolaria em duas esferas distintas: a oficial e a "subterrânea". Na primeira, as ações seriam conduzidas oficialmente em nome da União Soviética, enquanto na segunda, as ações seriam empreendidas por agentes políticos e ideológicos pelos quais a URSS não assumiria responsabilidade.

No campo das ações oficiais, Kennan argumenta que a União Soviética tomaria medidas, como: política interna dedicada a aumentar de todas as formas a força e o prestígio do Estado Soviético; industrialização militar intensiva; desenvolvimento máximo das forças armadas; grandes exposições para impressionar os estrangeiros; continuidade do sigilo sobre assuntos internos, projetado para esconder fraquezas e manter os oponentes na obscuridade; esforços para avançar os limites oficiais do poder soviético; fortalecer laços com países em que houvesse possibilidade de resistência, como no OM (KENNAN, 1946, p.8).

No "Longo Telegrama", após apresentar os interesses e estratégias da União Soviética para expandir seu poder global, George Kennan compartilha suas observações sobre as possíveis ações a serem adotadas pelos Estados Unidos. Entre essas ações, considerada talvez a mais crucial, Kennan (1946, p. 15) descreve o poder soviético como altamente sensível à lógica da força. Ele sugere que a URSS recuaria de seus interesses diante de uma forte resistência e de um adversário com poder suficiente e disposição clara para usá-lo, eliminando, assim, a necessidade de empregar efetivamente o poder militar (MUNHOZ, 2020). Além disso, Kennan (1946, p. 16-17) sugere que o governo dos Estados Unidos deve adquirir um entendimento mais profundo da natureza do cenário internacional por meio de estudos, e que o país deve formular e implementar uma visão construtiva para o futuro em conjunto com outras nações.

Desse modo a argumentação de Kennan explicita os objetivos e princípios da política externa norte-americana, ao passo que, evidencia nestas circunstâncias, que o principal elemento de qualquer política dos EUA em direção à União Soviética deve ser “a de uma contenção de longo prazo, paciente, mas firme, e vigilante das tendências expansionistas russas” (KENNAN *apud* PECEQUILO, 2011) e que a influência soviética poderia ser mantida

sob controle por meio da "aplicação ágil e vigilante de contraforça em uma série de pontos geográficos e políticos em constante mudança, correspondendo às mudanças e manobras da política soviética."(KENNAN, 1947, p. 576, tradução nossa)². Essas áreas estratégicas poderiam ser compreendidas, como áreas de interesses vitais soviéticos sobre as quais a URSS exercia pressão expansiva, como por exemplo o Irã e a Turquia.

A estratégia de contenção foi transformada em ação concreta pela primeira vez com a Doutrina Truman, em 1947, marcando o início da Guerra Fria. Na tarde de 12 de março, Truman proferiu um discurso perante uma sessão conjunta do Congresso, declarando que a segurança nacional dos Estados Unidos exigia a contenção da União Soviética (LITTLE, 2008, p.123). Promulgando o que logo se tornou conhecido como a Doutrina Truman, o presidente prometeu que "deve ser a política dos Estados Unidos apoiar os povos livres que estão resistindo à tentativa de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas"(TRUMAN, 1947). Essa doutrina apoiou os governos da Grécia e da Turquia, através de um pacote de ajuda militar e econômica de US\$ 400 milhões, com o objetivo de conter os movimentos comunistas revolucionários na Grécia e evitar a influência potencial da União Soviética (LITTLE, 2008, p.123).

A Doutrina Truman, portanto, representou a primeira estratégia concebida para evitar a formação de uma esfera de influência da União Soviética nos Bálcãs e no Cáucaso por meio de uma vitória comunista na Grécia. Essa doutrina serviu de inspiração para grande parte do planejamento de política externa adotado pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria (MUNHOZ, 2020).

Sequencialmente, em 25 de julho, o Congresso aprovou o Ato de Segurança Nacional, uma legislação histórica que estabeleceu tanto o NSC (Conselho de Segurança Nacional) quanto a CIA (Agência Central de Inteligência) e que lançou as bases para a criação de um Departamento de Defesa unificado (LITTLE, 2008, p. 121). Esse movimento, lançou as bases para a elaboração de um documento que serviu para oficializar as ações da política externa norte-americana de contenção à Guerra Fria, o ultrassecreto NSC-68.

Tal documento representou a extensão prática da Doutrina Truman, concedendo-a de um caráter realmente global e de meios para o exercício da liderança norte-americana. Pregava a mobilização para a guerra e a militarização da política externa (PECEQUILO, 2011, p. 156). Desenvolvido como uma estratégia para vencer a Guerra Fria, o NSC-68 propôs uma rápida expansão do arsenal de armas termonucleares, uma campanha psicológica para combater o

² "Agile and vigilant application of counterforce at a series of constantly changing geographical and political points, corresponding to shifts and maneuvers in Soviet policy. (KENNAN, 1947, p. 576)

comunismo tanto domesticamente quanto internacionalmente, e a criação de alianças regionais de defesa anti-soviéticas modeladas na recentemente estabelecida Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (LITTLE, 2008, p. 125). Embora tenham feito menção ao Irã, Turquia e Grécia em passagens breves, os autores do NSC-68 enfatizaram que "os esforços soviéticos agora estão voltados para a dominação da massa territorial euro-asiática" e alertaram que o Kremlin poderia estar se preparando "para avançar em direção às regiões produtoras de petróleo do Oriente Médio"(NSC-68, 1950, p.55).

De acordo com a o documento, a política de contenção consistiria em:

por todos os meios, exceto a guerra, (1) bloquear a expansão adicional do poder soviético, (2) expor as falsidades das pretensões soviéticas, (3) induzir uma retração do controle e influência do Kremlin e (4) em geral, semear as sementes da destruição dentro do sistema soviético, de modo que o Kremlin seja pelo menos levado ao ponto de modificar seu comportamento para se conformar com padrões internacionais geralmente aceitos (NSC-68, 1950, p. 21 – tradução nossa)³

Assim, entendia-se como fundamental que os EUA possuíssem poder superior globalmente, sejam eles mesmos ou em combinação com outras nações de mentalidade semelhante, destacando que a força militar seria o elemento mais importante desse poder. No conceito de "contenção", a manutenção de uma postura militar forte é considerada essencial, pois (1) é uma garantia da segurança nacional doméstica estadunidense e (2) é indispensável para a condução da política de "contenção" (NSC-68, 1950, p. 22)

Adicionalmente, a promoção do "desenvolvimento saudável da comunidade internacional" tornou-se parte da política externa dos Estados Unidos como uma estratégia de longo prazo para conter a expansão da União Soviética por meio de uma relação de cooperação econômica com as nações do "mundo livre" (SANTOS, 2020). Isso envolveu uma série de medidas, incluindo: fornecer assistência para a recuperação econômica da Europa Ocidental; auxiliar os países devastados durante a Segunda Guerra Mundial; colaborar no desenvolvimento de nações subdesenvolvidas; oferecer assistência militar; impor restrições no comércio de itens militares cruciais para o bloco oriental; comprar e estocar materiais estratégicos e trabalhar para restaurar uma economia internacional baseada no comércio multilateral (NSC-68, 1950, p. 29). Essas ações buscavam conter a influência soviética e promover a estabilidade no cenário global.

Portanto, a NSC-68 definia e estabelecia o papel, as responsabilidades, as escolhas e os rumos que deveriam ser perseguidos pelos EUA, de maneira que:

³ "It is one which seeks by all means short of war to (1) block further expansion of Soviet power, (2) expose the falsities of Soviet pretensions, (3) induce a retraction of the Kremlin's control and influence, and (4) in general, so foster the seeds of destruction within the Soviet system that the Kremlin is brought at least to the point of modifying its behavior to conform to generally accepted international standards." (NSC-68, 1950, p. 21)

“Nossa posição como centro de poder no mundo livre coloca uma pesada responsabilidade de liderança sob os Estados Unidos. Devemos organizar e alinhar as energias e recursos do mundo livre em um programa positivo de paz que frustrará os objetivos do Kremlin de dominação mundial ao criar uma situação no mundo livre à qual o Kremlin será obrigado a se ajustar [...] Em resumo, através de um rápido e sustentado fortalecimento político, militar e econômico do mundo livre, e por meio de um programa proativo destinado a tirar a iniciativa da URSS, confrontá-la com evidências convincentes da determinação e habilidade do mundo livre [...] Todo o sucesso deste programa proposto depende, em última análise, do reconhecimento por parte deste governo, do público norte-americano e de todos os povos livres de que a Guerra Fria é de fato uma guerra real na qual a sobrevivência do mundo livre está em jogo” (NSC-68 *apud* PECEQUILO, 2011)

Essas estratégias traçadas na NSC-68 seriam de fato aplicadas na política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio durante a Guerra Fria. Em pouco mais de cinco anos desde a adoção dessas medidas para conter a influência soviética na Grécia, Turquia e Irã, Washington estava se encaminhando para assumir as responsabilidades, anteriormente mantidas por Londres, na prevenção da expansão soviética na região árabe. Em 1960, os Estados Unidos assumiriam o papel de maior importância na parceria anglo-americana no Oriente Médio, sucedendo o Reino Unido (LITTLE, 2008).

2.2 O Oriente Médio na Guerra Fria e as pressões soviéticas

Após o término da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, o Oriente Médio ganhou uma nova relevância e adquiriu novas dimensões estratégicas. O acesso aos recursos energéticos da região tornou-se crucial para sustentar a reconstrução da Europa após os estragos causados pela guerra. A reconstrução exigia acesso ao petróleo árabe, de modo que, até 1951, os europeus estariam importando cerca de 80% de seu petróleo dessa área (GADDIS, 1997, p. 165). Além disso, sua localização privilegiada conferiu ainda mais relevância à região, uma vez que se encontrava no ponto de convergência entre o Ocidente e o Oriente, tornando-se um hub estratégico tanto para o comércio global quanto para o transporte militar ocidental. Um exemplo dessa importância era o Canal de Suez, que naquela época estava sob controle britânico e desempenhava um papel crucial como a principal rota marítima que ligava a Europa à Ásia. Adicionalmente, de acordo com Gaddis (1997, p. 165) as bases aéreas britânicas na região proporcionavam aos bombardeiros norte-americanos, B-29, a capacidade de alcançar 94% das refinarias de petróleo da União Soviética em caso de guerra.

O cenário político na região era de crescente sentimento nacionalista e pan-arabista, inspirados pelo movimento liderado por Gamal Abdel Nasser no Egito. Dessa forma, Washington possuía reais preocupações de que a União Soviética se aproveitaria dessa onda nacionalista e anticolonial para promover sua própria influência neste território, de modo que

destacou a importância dessa região para a doutrina de contenção dos Estados Unidos, evidenciando a necessidade estratégica de investir para trazer essa área para sua esfera de influência.

Certamente, os Estados Unidos enfrentaram uma delicada situação em que tiveram que equilibrar seu anticolonialismo com suas alianças coloniais, Reino Unido e a França. Inclinarse excessivamente em qualquer direção, seja indispondo novos aliados no Oriente Médio ou antigos parceiros na Europa Ocidental, poderia criar oportunidades para uma ameaça soviética que ameaçasse ambos. Washington estava em busca de uma maneira de facilitar a retirada britânica e francesa de suas últimas possessões coloniais sem criar um vácuo de poder que os russos pudessem explorar (GADDIS, 1997, p. 165).

O agravante a situação norte-americana de crescente associação ao colonialismo europeu, sobretudo do Reino Unido, foi quando Truman decidiu reconhecer o novo estado de Israel em maio de 1948. Apesar de muitos funcionários de Washington temessem que essa decisão desse uma vantagem enorme aos russos, também poderia “desestabilizar a unidade do mundo ocidental e... minar toda a nossa política em relação à União Soviética” (KENNAN *apud* GADDIS, 1997). Assim, os Estados Unidos agora carregavam o fardo de associação com o sionismo, assim como com o colonialismo (GADDIS, 1997, p. 164).

Pela mesma razão, quando os formuladores de políticas do Reino Unido e dos EUA estavam discutindo uma iniciativa de defesa regional anti-soviética, que viria a ser conhecida como *Middle East Command* (MEC), oriunda do acordo tripartite assinado entre EUA, RU e FRA em 1950, buscaram ajuda para trazer o Egito como um parceiro júnior nessa aliança, Nasser, quem advogava pela retirada do Reino Unido da região, e considerava a presença britânica um problema de muito maior relevância do que um possível aumento da influência soviética, pôs um fim a essa possibilidade de colaboração do Egito, pois “viam as graves preocupações dos EUA e do Reino Unido com a ameaça soviética como um disfarce retórico destinado a esconder uma ameaça muito mais séria à independência árabe: o imperialismo britânico (LITTLE, 2008, p. 126 – tradução nossa)⁴

Ainda assim, isso não significa que não havia ameaças reais de intervenção soviética no Oriente Médio. Na verdade, algumas das primeiras crises da Guerra Fria ocorreram nessa região, à medida que Stalin tentava manter ou expandir sua zona de influência no sul. As crises iranianas e turcas de 1946 trouxeram a Guerra Fria pela primeira vez para o Oriente Médio,

⁴ "They viewed the serious concerns of the United States and the United Kingdom about the Soviet threat as a rhetorical disguise intended to conceal a much more significant threat to Arab independence: British imperialism." (LITTLE, 2008, p. 126)

mas esses esforços de Moscou para explorar o sentimento anticolonial não foram bem-sucedidos. Em vez disso, tais crises geraram receios em relação ao colonialismo soviético (GADDIS, 1997, p. 164). O anticolonialismo certamente colocava em perigo os interesses britânicos e franceses, mas não garantia ganhos para a União Soviética, devido à incompetência de Moscou. Os Estados Unidos, embora não favoráveis ao colonialismo, mantinham uma influência significativa na região, mesmo com suas conexões com os colonialistas e seu apoio a Israel, eles estabeleceram rapidamente laços estreitos com os líderes militares egípcios que sucederam o rei Farouk, e o golpe contra Mossadeq dificilmente teria sido bem-sucedido no Irã se os americanos não fossem percebidos como uma alternativa bem-vinda aos britânicos (GADDIS, 1997, p. 167).

Outrossim, em 1953, com a chegada do novo governo de Eisenhower e a nomeação de John Foster Dulles como Secretário de Estado, a continuidade de uma política de contenção soviética na região do OM, convergia com a estratégia delimitada por Washington para lidar com a situação da defesa regional. No entanto, a ideia de uma MEDO (*Middle East Defense Organization*) centrada no Egito estava se tornando cada vez mais improvável. Depois de não conseguir convencer Nasser a aderir ao seu plano de defesa para o Oriente Médio, Dulles concluiu que era necessário considerar uma nova abordagem. Agora, o foco seria na ideia da *northern tier*, uma “faixa” contínua de países (Turquia, Irã, Iraque e Paquistão), desde os Balcãs até o subcontinente indiano, que serviriam como “pilares” na defesa regional contra o avanço soviético (GADDIS, 1997, p.169).

Dessa forma, em julho de 1953, um documento do Conselho de Segurança Nacional intitulado "*United States Objectives and Policies with Respect to the Near East*," ou NSC-155, detalhou mais profundamente as diretrizes da política dos Estados Unidos para a região durante a administração Eisenhower. As propostas apresentadas nesse documento serviram de base para grande parte da política externa dos Estados Unidos no Oriente Médio nas décadas de 1950 e 1960, delineando a estratégia de ampliar a influência norte-americana na região por meio do aumento da presença militar, política e econômica, reconhecendo as vantagens da definição de um arranjo de defesa regional, baseado nos países da *Northern tier* (MUNHOZ, 2020).

Embora, houveram algumas divergências na implementação do arranjo de defesa no ano de 1955, como o recuo iraquiano ao preferir aderir a um pacto de segurança pan-arabista voltado contra Israel e não contra a Rússia ou o Irã quem não poderia nem mesmo considerar a possibilidade de se juntar a um grupo de defesa regional a menos que recebesse um pacote de ajuda militar dos EUA de vários milhões de dólares (LITTLE, 2008, p. 129), o governo Eisenhower conseguiu angariar o apoio da maioria de seus aliados na região para apoiar o

conceito da "*northern tier*". A proposta dos Estados Unidos tomou forma concreta em 24 de fevereiro, quando a Turquia e o Iraque assinaram um acordo de defesa mútua anti-soviético conhecido como o Pacto de Bagdá. Sete meses depois, o Paquistão seguiu o exemplo, após receber promessas de aumento na assistência militar dos EUA. O Irã também aderiu formalmente ao novo plano de segurança regional em 3 de novembro, em troca do compromisso de Washington de auxiliar na modernização do arsenal do Xá (LITTLE, 2008, p. 130).

Adicionalmente, a crise de 1956 mais conhecida como “Crise de Suez”, também foi um ponto de inflexão para a política externa de Eisenhower ao OM. Principalmente, porque marcou a transição entre Reino Unido para EUA, quanto a promoção da segurança regional e contenção soviética. A principal causa da guerra foi a nacionalização do Canal de Suez por Nasser em julho de 1956. O canal era uma importante via de transporte marítimo que ligava o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho e era controlado pela Companhia Universal do Canal de Suez, de propriedade britânica e francesa (SHLAIM, 2004). A nacionalização do canal pelo Egito foi vista como uma afronta pelos interesses coloniais, que temiam a perda de influência na região e o impacto nas rotas de transporte de petróleo. Desse modo, Reino Unido, França e Israel iniciaram sua campanha contra as forças egípcias que haviam tomado o Canal.

Como resultado, a agressão tripartite fracassou em provocar a derrubada de Nasser, assim como aumentou seu prestígio na região. Mais importante ainda foi a derrota política para Israel e para as potências coloniais, no qual tais ações foram utilizadas como prova para atestar seus interesses imperialistas coloniais na região (SHLAIM, 2004, p. 235). Quanto aos EUA, aproveitou esse momento para preencher o vácuo deixado pelos ingleses e assegurar sua posição no OM. Processo admitido por membros do alto escalão inglês à Washington, em conversas entre o chanceler britânico do Tesouro Harold Macmillan para o Dulles, onde se constatava que “a ação britânica foi o último suspiro de uma potência em declínio” (LITTLE, 2008, p. 131, tradução nossa)⁵

Imprevisivelmente, em julho de 1958, uma série de eventos tumultuados no Oriente Médio, incluindo uma guerra civil no Líbano, uma tentativa de golpe na Jordânia e uma revolução no Iraque, desencadearam preocupações sobre o potencial de uma reação em cadeia que ameaçava os governos pró-Occidente na região.

Diante desses desafios, a administração de Eisenhower tomou medidas decisivas para proteger seus interesses na área. As crises no Líbano e na Jordânia foram resolvidas de maneira favorável aos Estados Unidos, e a intervenção norte-americana demonstrou claramente a

⁵ "The British action was the last gasp of a declining power." (LITTLE, 2008, p. 131)

disposição dos EUA em fazer valer sua doutrina quando necessário (LITTLE, 2008, p. 135). No entanto, a decisão do novo regime iraquiano de se retirar do Pacto de Bagdá marcou o início de uma reversão para o acordo e para a política dos Estados Unidos na região do Oriente Médio até aquele momento. A Revolução de 14 de julho de 1958 pôs fim monarquia hachemita no Iraque e trouxe consequências importantes para geopolítica da região. A ascensão do General Abdel Karim Qassim significou para a influência estadunidense uma “perda”, pois o Iraque procurou relacionar-se com Moscou através de cooperações financeiras e militares. Ademais, a decisão do novo regime iraquiano em retirar-se do pacto de Bagdá se revelou o início de uma derrota para o acordo e para a política que os Estados Unidos haviam assumido para o Oriente Médio até o momento.

A queda do Pacto de Bagdá e as crises de 1956 e 1958 exigiram que Eisenhower revisse a estratégia de sua administração para o Oriente Médio. Em vez de representar uma quebra com as doutrinas anteriores, a política para a região tornou-se ainda mais determinada em sua missão de conter a influência soviética e fortalecer os países na faixa setentrional. O antigo Pacto de Bagdá, agora sem a participação do país sede, foi reconfigurado como a CENTO (*Central Treaty Organization*) (MUNHOZ, 2020).

Para isso, a NSC-5820 foi a resposta do NSC para as novas demandas de Eisenhower. Ao perceber que os EUA haviam perdido influência e projeção na região, ao denotar que a URSS se projetou através da aproximação com movimentos “nacionalistas radicais”, a NSC-5820 definiu que a abordagem mais eficaz para lidar com a segurança da região era colaborar com os movimentos nacionalistas árabes e alinhar os Estados Unidos com as “ambições e metas do povo árabe” (NSC-5820, 1958, item 4)

Assim, dentro deste documento, destaca-se o 20º item: “enquanto continuando a encorajar a resistência das nações árabes ao imperialismo soviético, evitar por agora qualquer esforço ativo de alistar nações árabes nos arranjos regionais de segurança coletiva” (NSC-5820, 1958, item 20, tradução livre). Essa proposta admite a falha de Washington em trazer os Estados árabes para a CENTO, eliminando de vez qualquer possibilidade de ingresso. Implica, também, numa maior importância dos países não árabes do Northern Tier, como Turquia, Irã e Paquistão, como uma barreira fundamental contra a expansão da influência soviética na região, ao passo que ao final da administração Eisenhower e o advento da década de 1960, os Estados Unidos começaram a trabalhar para transformar Turquia, Irã e Arábia Saudita em seus aliados e *proxies* regionais (LITTLE, 2008, p. 137)

Posteriormente, durante o período da Distensão (1962-1975)⁶ houve uma redução geral na aplicação da doutrina de contenção pelos Estados Unidos no Oriente Médio. Isso ocorreu principalmente devido à Guerra do Vietnã e a melhoria das relações com a União Soviética em questões de política internacional e controle de armas, incluindo os acordos SALT sobre controle de armas nucleares. Além disso, esse período testemunhou uma notável reaproximação entre o Irã e a Turquia com a União Soviética, expressos principalmente através de acordos de cooperação, e minando cada vez mais a contenção soviética a partir do *northern tier* (MUNHOZ, 2020).

Ademais, a administração de Jimmy Carter ao chegar ao poder em 1977, encontrava a posição estratégica dos EUA no Golfo Pérsico incontestada, entretanto, já se admitia em Washington que o maior risco para o arranjo de segurança regional não era proveniente de uma possível agressão externa, mas sim de movimentos radicais internos (LITTLE, 2008, p.146). Apesar disso, foi surpreendente quando, em 1979, todo o sistema de segurança regional que os Estados Unidos haviam construído no Oriente Médio ao longo das últimas três décadas desmoronou, quando a monarquia iraniana foi derrubada por uma revolução islâmica anticidental liderada pelo aiatolá Khomeini, causando reais preocupações em Washington pela perda do principal bastião norte-americano na região e “ligação” entre Turquia e Paquistão, irrompendo com o “cordão” de contenção ao redor da URSS. Como resultado, angariou confiança e espaço para que Moscou realizasse uma invasão no Afeganistão ao final daquele ano.

Em resposta à Revolução Islâmica e à invasão do Afeganistão, o presidente Carter revisou a estratégia dos Estados Unidos para o Oriente Médio, promulgando a Doutrina Carter: “Uma tentativa por qualquer força externa de ganhar controle da região do Golfo Pérsico será vista como um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e tal ataque será repellido por quaisquer meios necessários, incluindo força militar” (CARTER apud LITTLE, 2008, p. 152). Isso marcou uma disposição dos EUA para intervir diretamente em vez de depender de proxies regionais, além da retirada do Irã da CENTO e a queda do regime do Xá representaram o fim definitivo da doutrina de contenção centrada nas nações do *northern tier*.

Desse modo, o arranjo de defesa coletiva constituído nos princípios da contenção soviética no OM, construído a partir do *northern tier* durou duas décadas, porém após falhar foi substituído por negociações e acordos bilaterais. A falha dessas doutrinas não se deu em

⁶ Período da Guerra Fria, compreendido de 1962 até 1975, em que as relações entre EUA ganharam caráter de cooperação, apesar de competição não ter deixado de existir.

função de uma suposta expansão do comunismo, mas sim às crises internas que surgiram, começando pelo Iraque em 1958, seguido pela Turquia e culminando com o Irã em 1979.

3. O IRÃ NA INFLUÊNCIA GEOPOLÍTICA DOS EUA DURANTE A GUERRA FRIA: ORIGENS, MANUTENÇÃO E REVOLUÇÃO.

A relevância estratégica de um país tende a levar em consideração diversos fatores, tais como políticos, sociais, econômicos, geográficos, diplomáticos, recursos naturais, fontes de matéria prima e, principalmente, a sua inserção internacional. Desse modo, o Irã, no cenário político pós Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, se conflagrava como um ator de grande relevância no OM para a ingerência norte americana geopolítica. Sua proximidade geográfica com a URSS, a robusta presença econômica, oriunda da indústria petrolífera, e a expansão dos EUA para o Oriente Médio, foram fatores essenciais para a relevância adquirida por esse ator, passando a se constituir como uma peça-chave na política externa norte americana de contenção à URSS durante a Guerra Fria.

Ademais, a posição geograficamente favorecida do Irã em relação à URSS, dava-lhe ainda mais relevância, pois servia como uma local de monitoramento das atividades militares soviéticas, especificamente, nas regiões do Cáucaso, Mar Negro, Mar Cáspio e áreas próximas. De acordo com Barret (2007), Washington sempre considerou o Irã crucial geopoliticamente, para os interesses dos EUA no Oriente Médio, mas, até meados da década de 1950, diversas localidades no Irã haviam se tornado ativos estratégicos na Guerra Fria que afetavam diretamente a segurança dos EUA. Desse modo, Barret (2007) afirma que:

Nas montanhas do nordeste do Irã, instalações dos EUA literalmente tinham vista para as instalações de desenvolvimento e teste de mísseis soviéticos em Turatom e Baiknour. Esses locais forneciam informações diretas e telemetria sobre os testes de mísseis e capacidades soviéticas. Dadas as tecnologias das décadas de 1950 e 1960, eles (Irã) eram insubstituíveis (BARRET, 2007, p. 80, tradução nossa)⁷

Além de sua relevância geográfica, o Irã possuía uma grande importância energética. Era considerado um dos maiores produtores de petróleo do mundo e detinha acesso ao principal estreito por onde passava o maior fluxo de petróleo, o Estreito de Ormuz. Somado a essa capacidade petrolífera iraniana, essa importância se acentua quando analisamos o cenário dos primeiros anos da Guerra Fria, pois foi nesse período que se desencadeou a reconstrução e a recuperação econômica da União Soviética e da Europa, impulsionando significativamente a

⁷ “In the mountains of northeastern Iran, US installations literally overlooked the Soviet missile development and test facilities at Turatom and Baiknour. These sites provided direct signals and telemetry intelligence on Soviet missile tests and capabilities. Given the technologies of the 1950s and 1960s, they were irreplaceable.” (BARRET, 2007, p. 80)

demanda de petróleo. Concomitantemente à fase de reconstrução pós-Guerra, o petróleo iraniano adquiria uma relevância geopolítica ainda maior para o Ocidente, especialmente porque o Reino Unido desempenhava um papel de destaque na exploração petrolífera iraniana. (SANTOS, 2020). Assim, para Washington, significava que possuir tamanha influência no Irã, permitiria manipular tanto a produção mundial de petróleo, como seu fluxo para o resto do mundo. Dessa forma, de acordo com Barret: “Essa situação ditava que os EUA deveriam fazer de tudo ao seu alcance para manter um governo pró-Ocidente em Teerã” (BARRET, 2007, p.81, tradução nossa).⁸

Portanto, como evidenciado acima, a relevância do Irã no contexto inicial da Guerra Fria, torna-se crucial para compreender como esse ator passou a se constituir como uma peça-chave na política externa norte americana de contenção à URSS durante esse período. Para tanto, essa seção será dividida em (4) partes: (1) As relações Bilaterais EUA-Irã: origens na Doutrina Truman; (2) A CIA e o culto de *covert actions*: o golpe de *Mosaddeq*; (3) a ascensão do Xá e os *proxies* de Nixon; e por fim (4) a Revolução Islâmica Iraniana de 1979.

3.1 As relações Bilaterais EUA-Irã: origens na Doutrina Truman.

O primeiro grande impasse diplomático entre os Estados Unidos e a União Soviética, marcando o início da Guerra Fria, teve início no Irã em novembro de 1945, apenas dois meses após o término da Segunda Guerra Mundial. Essa crise diplomática centralizou-se na demora da União Soviética em retirar suas tropas do norte do Irã e no apoio de Moscou a movimentos separatistas azerbaijanos e curdos naquela região.

A retirada das tropas soviéticas do Irã remonta ao período da Segunda Guerra Mundial, quando o país foi ocupado por forças soviéticas e britânicas, numa ação conjunta que ficou conhecida como *Countenance*, para expulsar as tropas alemãs que lá estavam. Como consequência dessa operação, em 1942 é assinado o Tratado Tripartite entre soviéticos, ingleses e iranianos que determinava a não interferência iraniana nos interesses soviéticos e ingleses no país, a ocupação por tropas soviéticas ao norte do território Iraniano, na fronteira com o Azerbaijão e com o “Curdistão iraquiano”, o asseguramento à URSS e ao Reino Unido do

⁸ "This situation dictated that the United States should do everything in its power to maintain a pro-Western government in Tehran." (BARRET, 2007, p.81)

controle de todos os meios de comunicação do Irã, tais como rodovias, portos, ferrovias, etc., além da retirada dessas tropas seis meses após o fim do conflito (SANTOS, 2020).

No início de 1946, a presença militar soviética no Irã começou a enfrentar oposição, não somente dos iranianos, mas notadamente dos Estados Unidos. Em 19 de janeiro de 1946, o representante do Irã na ONU formalmente reclamou ao Conselho de Segurança sobre essa contínua interferência soviética e, num movimento de crescente interesse na região, os Estados Unidos e o Reino Unido responderam com pressões diplomáticas, recorrendo à ONU e realizando encontros trilaterais com diplomatas soviéticos.

A crise teve início em março de 1946, com a decisão do Kremlin em postergar a retirada de suas tropas. Esse movimento visava, principalmente, assegurar concessões que permitissem aos soviéticos a exploração exclusiva das reservas de petróleo na região norte do Irã. No entanto, foi suficiente para gerar um dos primeiros desconfortos entre EUA e a URSS e, sobretudo, para ajudar a forjar a Doutrina Truman e uma política externa estadunidense de contenção ao comunismo. De fato, impulsionou a rápida aproximação do Irã com os Estados Unidos, estabelecendo os iranianos como aliados em uma estratégia de equilíbrio perante a suposta ameaça comunista (SANTOS, 2020).

3.2 A CIA e o culto de *covert actions*: o golpe de Mosaddeq.

Para compreender a expansão da influência norte americana no Irã durante a Guerra Fria, é necessário analisar o cenário político-social iraniano, especialmente desde 1949, com o movimento de nacionalização do petróleo, liderado por Mohammad Mosaddeq o primeiro-ministro do Irã, e como isso resultou num *Coup D'etat* contra o mesmo e alicerçou as relações estadunidenses e iranianas durante os próximos 30 anos.

Desde a década de 1940, Mosaddeq identificava-se com duas questões principais: transferir o poder político da corte real para o parlamento (*Majlis*) e aumentar o controle do Irã sobre sua indústria petrolífera, controlada pela *Anglo-Iranian Oil Company* (AIOC), uma empresa britânica. Estas questões tornaram-se proeminentes em 1949, com o anúncio de um novo acordo petrolífero favorável à AIOC e a tentativas fraudulentas do Xá de influenciar a eleições do *Majlis*, enfurecendo a oposição e desencadeando grandes manifestações. Nesse cenário, a Frente Nacional surgiu como uma organização para coordenar a oposição ao Xá e aos britânicos, liderando frequentes protestos nos anos subsequentes (GASIOROWSKI, 1987, p.262).

Em março de 1951, Mosaddeq apresentou um projeto de lei ao *Majlis*, propondo a nacionalização da indústria petrolífera, sendo rapidamente aprovado. Em 1º de maio,

imediatamente após assumir o cargo, Mosaddeq promulgou a lei de nacionalização, levando a um conflito direto com os britânicos, que detinham 50% das ações da AIOC e se recusavam a aceitar a nacionalização (GASIOROWSKI, 1987, p.262). Prontamente os ingleses passaram a se articular com setores conservadores e pró-britânicos dentro do Irã, especialmente com a monarquia de *Mohammed Reza Pahlevi*, para que Mosaddeq fosse retirado do poder por meios legais ou através de um Golpe de Estado.

No entanto, o governo de Truman preferiu uma abordagem mais sutil e convenceu os britânicos a se apoiar em sanções econômicas e pressões diplomáticas para combater as políticas nacionalistas de Mossadeq. Sua administração acreditava que fomentar um golpe, levaria a uma proximidade do Irã com os soviéticos (LITTLE, 2004, p.664)

Em paralelo às atividades diplomáticas mencionadas, os Estados Unidos empreenderam esforços para supervisionar e influenciar o cenário político no Irã. Desde o final da década de 1940, a CIA havia realizado cinco tipos de atividades clandestinas no país. O primeiro desses esforços visava criar redes de resistência, principalmente entre as tribos no sul do Irã, destinadas a conduzir uma guerra de guerrilha no caso de uma possível invasão soviética. Em segundo lugar, rotas de guerrilha e evasão foram estabelecidas para serem usadas em cenários de conflito convencional. No terceiro plano, operações de fronteira e subversão foram lançadas com o intuito de realizar atividades de espionagem e subversão no território soviético, envolvendo grupos étnicos, como azerbaijanos e armênios, que habitavam ambos os lados da fronteira. Em quarto lugar, a CIA monitorava as atividades soviéticas no Irã com operações de espionagem e contraespionagem. E, por fim, a operação BEDAMN iniciada em 1948, representava um programa de ação política e propaganda anticomunista que sob sua égide, inseria artigos, panfletos e *cartoons* em livros e jornais iranianos com rumores prejudiciais a influência soviética e ao partido *Tudeh* (pró soviético/comunista) no Irã (GASIOROWSKI, 1987, p.268).

Até o final de seu governo, Truman acreditava que Mosaddeq representava a barreira mais eficaz contra a tomada do poder pelos comunistas no Irã e, por isso, mantinha um caráter mais sutil em relação a um possível golpe de estado. No entanto, o agravamento das condições no Irã cresceram durante seu mandato, levando-o a declarar, sua disposição de lidar militarmente com um golpe comunista (GASIOROWSKI, 1987, p.269). Para tanto, foi elaborado um documento, pelo Conselho de Segurança Nacional, o ultrassecreto NSC 136/1, denominado “*United States Policy Regarding the Present Situation in Iran*” em que explicitava os planos norte-americanos, principalmente de *covert actions* numa possível tentativa ou tomada de poder comunista no Irã. O item de principal destaque é 5º, parágrafo (a), que diz:

No caso de uma tentativa ou de um efetivo controle comunista de poder em uma ou mais das províncias do Irã ou em Teerã, os Estados Unidos devem apoiar um governo iraniano não-comunista, incluindo a participação no suporte militar a tal governo, se necessário e útil. Preparações para tal possibilidade devem incluir: a- Planos para medidas específicas militares, econômicas, diplomáticas e psicológicas que devem ser adotadas para apoiar um governo iraniano não comunista ou para impedir que toda ou parte do Irã ou áreas adjacentes caiam sob domínio comunista. (NSC-136/1, 1952, p.4, tradução nossa).⁹

É de particular importância, porque nele se concentra uma série de medidas secretas que os EUA planejavam tomar. Com o advento da administração Eisenhower, não demorou muito para que a política “amistosa” com Mosaddeq fosse revista e, apenas duas semanas após sua posse, no dia 3 de fevereiro de 1953, oficiais, do alto escalão, americanos e britânicos, se encontraram para decidir os novos rumos da liderança Iraniana. Após esse encontro, decidiu-se que deveria ser desenvolvido e implementado um plano para derrubar o governo de Mosaddeq (LITTLE, 2004, p.665). Desse modo, nascia a operação AJAX, liderada por Kermit Roosevelt, neto do ex-presidente Theodore Roosevelt e então diretor da CIA, que segundo o próprio, a definia como o:

[...]objetivo de provocar a queda do governo Mossadeq e substituí-lo por um regime militar que alcançaria um acordo petrolífero equitativo, permitindo ao Irã se tornar economicamente sólido e financeiramente solvente, e que perseguiria vigorosamente o partido comunista perigosamente forte. (HERSH *apud* LITTLE, 2004, p.665, tradução nossa).¹⁰

A operação estava fundada em quatro componentes principais. Primeiro, as capacidades de propaganda e ação política da operação BEDAMN seriam imediatamente voltadas contra Mosaddeq. Segundo, figuras da oposição seriam encorajadas a criar uma perturbação que destacasse a situação, tomando posse do *Majlis*. Terceiro, seria necessário obter um decreto real para demitir Mosaddeq e nomear Zahedi. E, finalmente, o apoio de oficiais-chave seria buscado entre os militares em serviço ativo (GASIOROWSKI, 1987, p.272).

Desse modo, o pontapé para o desenrolar da operação AJAX, foi a obtenção do decreto real emitido pelo Xá. Essa mensagem foi divulgada através das ações políticas da operação BEDMAN e, com a ajuda de oficiais da CIA presentes em Teerã, chegou as altas cúpulas militares, angariando seu respectivo apoio à Zahedi. No entanto, ainda era necessário encorajar

⁹ "In the event of an attempted or actual communist takeover of power in one or more provinces of Iran or in Tehran, the United States must support a non-communist Iranian government, including military assistance if deemed necessary and beneficial. Preparations for such a possibility should include: a- Plans for specific military, economic, diplomatic, and psychological measures that should be taken to support a non-communist Iranian government or to prevent the entire or part of Iran or adjacent areas from falling under communist control." (NSC-136/1, 1952, p.4).

¹⁰ "to cause the fall of the Mossadeq government" and replace it with a military regime "which would reach an equitable oil settlement, enabling Iran to become economically sound and financially solvent, and which would vigorously prosecute the dangerously strong Communist party" (HERSH *apud* LITTLE, 2004, p.665)

a oposição para se criar um cenário de um possível golpe pelos apoiadores do Tudeh, de modo a “comprovar” a necessidade de derrubada de Mosaddeq. Nesse sentido, a partir do suborno de agentes da CIA uma falsa multidão de protestante marchou a caminho de Teerã, advertindo slogans políticos sobre o partido Tudeh além de cartazes denunciando a monarquia do Xá. Somaram-se a esse protesto reais apoiadores do Tudeh, que escalaram a violência das manifestações e a estenderam por mais alguns dias (GASIOROWSKI, 1987, p.271-273).

Com a intensificação dos protestos pró Mosaddeq, faltava apenas um componente para construir o cenário de golpe: manifestações da oposição, nesse caso pró Zahedi. Foi assim que, novamente sob a égide de agentes da CIA, procuraram maneiras de engatilhar os protestos contra o governo. Encontrando a solução nos clérigos que detinham amplo apoio e voz dentre a população, não demorou muito para que as massas fossem englobadas nessas manifestações, assim como defensores da monarquia pró Xá, exército e unidades policiais. Desse modo, após 4 dias de intensas manifestações, no dia 19 de agosto, contando com expresso apoio militar, esses manifestantes marcharam em direção à casa de Mosaddeq. Lá, ocorreu um confronto de nove horas, onde cerca de 300 pessoas foram mortas e os muros ao redor de sua casa foram atacados e destruídos com tanques e artilharia (GASIOROWSKI, 1987, p.274). Por fim., no dia 20 de agosto de 1953, Mohammad Mosaddeq foi deposto do poder, e, em seu lugar, foi estabelecido um governo militar liderado pela ex-general Fazlullah Zahedi, posteriormente restaurando o Xá ao trono, suprimindo o partido comunista *Tudeh*, reprimindo a Frente Nacional e entregando o petróleo iraniano a um consórcio anglo-americano (BARRET, 2007, p.14)

Após o bem-sucedido golpe de Estado, Washigton conclui que havia resolvido a crise imediata no Irã, distanciando a ameaça dos comunistas chegarem ao poder naquele momento. No entanto outros fatores possam ter explicado o repentino interesse dos EUA em desposar Mosaddeq. A administração Eisenhower era favorável aos negócios dos EUA, o qual motivados pelo desejo dos formuladores de políticas de ajudar as empresas petrolíferas norte-americanas a obter uma parcela na produção de petróleo iraniano, influenciaram o acordo final negociado em 1954 com o governo Zahedi, dando às empresas uma parcela na produção de petróleo iraniano, que antes estava sob o controle dos britânicos (GASIOROWSKI, 1987, p.275).

Na sequência de seu retorno a Teerã, o Xá teria supostamente dito a Roosevelt: "Eu devo meu trono a Deus, meu povo, meu exército - e a você" (LITTLE, 2004, p. 666, tradução nossa)¹¹. Ainda assim, a administração Eisenhower manteve um certo grau de separação entre

¹¹ "I owe my throne to God, my people, my army — and to you." (LITTLE, 2004, p. 666)

suas políticas e o apoio pessoal ao Xá. Permaneceram com o apoio ao desenvolvimento econômico e implementação de reformas sociais, para a manutenção da estabilidade e o bloqueio ao comunismo no Irã e no Oriente Médio, resultando no fortalecimento da figura do Xá dentro do Irã, proporcionando a influência geopolítica estadunidense durante as décadas seguintes. (BARRET, 2007, p. 15).

3.3 A ascensão do Xá e os *proxies* de Nixon

Desde a restauração do trono imperial iraniano, em 1953, a administração Eisenhower pressionou e repreendeu o regime do Xá, repentinamente, devido à falta de reformas políticas, econômicas e sociais. A estratégia de contenção, em seu contexto iraniano, requeria a manutenção de um ambiente político e civil estável, bem como capacidade militar suficiente para proteger as fronteiras e dissuadir ameaças internas. Dessa forma, a relação entre Washington e Teerã foi ditada por assistência militar e de segurança, para fornecer ao regime do Xá a capacidade de manter a ordem interna e afastar qualquer ameaças comunistas ou anti Ocidentais (BARRET, 2007, p. 81) Em vista disso, o regime iraniano se aproveitou da posição estratégica lhe apossada para aumentar ainda mais sua barganha com os EUA e angariar mais ganhos em assistência militar.

No decorrer do governo Eisenhower e a intensificação de sua doutrina para a região do OM, algumas iniciativas foram postas em prática para salvaguardar a expansão soviética e preservar os interesses Ocidentais na região. Assim, inicialmente centrada na criação MEDO, a nova abordagem, denominada "*northern tier*," envolveu a criação de uma faixa de países, incluindo Turquia, Irã, Iraque e Paquistão que serviriam como “pilares” na defesa regional contra o avanço soviético (GADDIS, 1997, p.169).

Em julho de 1953, o Conselho de Segurança Nacional dos EUA divulgou um documento chamado "*United States Objectives and Policies with Respect to the Near East*" (NSC-155), delineando a política dos EUA para a região. Essa política visava aumentar a influência dos EUA no Oriente Médio por meio de presença militar, política e econômica, através da criação de um arranjo de defesa regional baseado nos países da "*northern tier*" (MUNHOZ, 2020).

Embora tenha havido algumas divergências na implementação desse arranjo, como o Iraque optando por um pacto pan-arabista e o Irã exigindo ajuda militar dos EUA, a maioria dos aliados na região apoiou a essa ideia. A proposta dos Estados Unidos tomou forma concreta, quando a Turquia e o Iraque, seguidos pelo Paquistão e Irã, assinaram um acordo de defesa mútua anti-soviético conhecido como o Pacto de Bagdá (LITTLE, 2008, p. 130).

Com o tempo, a política dos EUA se tornou mais focada em conter a influência soviética e fortalecer os países da "*northern tier*." O antigo Pacto de Bagdá, após a saída do Iraque, foi reconfigurado como CENTO, destacando a importância de países não árabes como Turquia, Irã e Paquistão como barreiras contra a expansão soviética, além de significar o aumento do poder de barganha iraniano em seus pedidos para maiores auxílios econômicos e militares aos EUA (BARRET, 2007, p. 91).

A administração Eisenhower trabalhou ativamente para reconfigurar esses países como aliados e agentes influentes na região, muitas vezes em desacordo com as políticas do Reino Unido, quando estas se chocavam com os objetivos dos Estados Unidos. Nesse cenário, com o declínio da influência britânica na região, os EUA viram a necessidade de estabelecer novas parcerias no Oriente Médio. O Irã emergiu como um candidato principal, devido à sua localização estratégica em relação à União Soviética e sua oposição ao movimento pan-arabista liderado por Nasser (LITTLE, 2008, p. 136). Mesmo que a administração Eisenhower continuasse a pressionar por reformas, a principal prioridade era assegurar o apoio do Xá. Para isso, o contingente da Assistência Militar em Teerã aumentou consideravelmente, assim como o apoio dos Estados Unidos às agências de segurança interna no Irã, como a SAVAK¹² (*Sazman-e Ettelaat va Amniyat-e Keshvar*) (BARRET, 2007, p.105).

Não obstante, apesar desse “favoritismo” centralizado no Irã para manutenção da contenção soviética no OM, Washington não desistiria de buscar uma solução de longo prazo para os problemas iranianos por meio de reformas e algum tipo de liberalização política, pois estavam convencidos da eficácia da ajuda e do desenvolvimento como antídoto para a influência comunista (BARRET, 2007, p.81). Por isso, durante toda a administração Eisenhower, a preocupação com o cenário político-social iraniano foi pauta de discussão entre ambas as nações. Diversas visitas do Secretário de Estado Dulles a Teerã em momentos de crise interna revelam que a necessidade iraniana em receber auxílios militares era, juntamente, vinda com maiores “intromissões” sobre as decisões políticas do Xá (BARRET, 2007, p. 87).

Ainda, ao final de sua administração, Eisenhower e sua doutrina, mantiveram as diretrizes de conservar boas relações com os movimentos nacionalistas árabes, numa crescente oposição a dominação externa e a interferência nas soberanias locais, o que significou uma orientação de distanciamento com o Reino Unido. Desse modo, durante, a próxima década, os sucessores de Eisenhower trabalhariam para converter o Irã e outros regimes conservadores em proxies regionais dos Estados Unidos (LITTLE, 2008, p. 137). A partir da compreensão desse

¹² Em português, SAVAK, significa "Organização de Segurança e Inteligência Nacional". Representava a polícia secreta, o serviço de segurança interna e o serviço de inteligência do Irã.

processo, a administração de John F. Kennedy¹³ (1961-1963) e, posteriormente, de Lyndon B. Johnson¹⁴ (1963-1969) puseram suas esperanças e estratégias de defesa regional em dois pilares: o Irã e a Arábia Saudita. Promovendo uma mudança gradual sob a perspectiva da contenção soviética, criando os alicerces para a Doutrina Nixon.

Inicialmente, a administração Kennedy, com o objetivo de preencher o vácuo de poder gerado pela gradual “saída” e enfraquecimento do Reino Unido no OM, se mostrou favorável a políticas de fortalecimento militar dos aliados estratégicos na região. Em continuidade, a partir de 1966, a administração de Lyndon Johnson passou a adotar a estratégia militar de “dois pilares” para policiar o Golfo Pérsico e assumir a antiga responsabilidade britânica em defender a região (LITTLE, 2008, p.140).

Então, para Washington, o melhor candidato para assumir essa posição era o Irã, pois além de ser um país membro da CENTO e possuir um dos maiores exércitos da região, contava com o entusiasmo do Xá, que ambicionava em combinar sua riqueza petrolífera com as tecnologias militares americanas. E não demorou muito para que essa combinação ganhasse força. Ainda durante o governo de Lyndon Johnson, houve um grande fortalecimento do arsenal iraniano, através da compra de diversos jatos supersônicos *F4-Phantom* e a concessão de créditos rotativos, no valor de U\$ 200 milhões, para futuras compras de munições ao Irã (LITTLE, 2008, p.141).

A estratégia dos "dois pilares", formalizada durante a administração Johnson, foi fortalecida no início do governo de Richard Nixon¹⁵. Seu objetivo consistia em reduzir o risco de um envolvimento militar norte americano no “terceiro mundo”, evitando uma nova Guerra do Vietnã, ao submeter esse papel a seus “*proxies*” pró Ocidente, financiados e armados pelos EUA (LITTLE, 2008, p.143). No contexto do OM, o Irã continuou a desempenhar um papel chave nessa nova doutrina e passou a estreitar ainda mais suas relações com Washington, principalmente por suprir o vácuo deixado pelo Reino Unido na defesa regional e prevenindo qualquer avanço soviético.

Assim, a partir dessa perspectiva, a administração Nixon aproveitou o entusiasmo do governo iraniano e prosseguiu com o fortalecimento militar desse *proxie* regional. Dado que o Xá estava disposto a pagar pelo equipamento com suas receitas de petróleo e estava assumindo fardos que de outras formas os EUA teriam que assumir, Nixon tomou a responsabilidade na

¹³ 35º presidente dos EUA, servindo de 1961 até 1963, quando foi assassinado.

¹⁴ 36º presidente dos EUA, servindo de 1963, após a morte de JFK, até 1969.

¹⁵ 37º presidente dos EUA, governando de 1969 até 1974, quando renunciou ao cargo após o escândalo político de Watergate.

venda desses equipamentos. À medida que “[...] nos próximos cinco anos o xá desembolsaria US\$ 16,2 bilhões, quase sete vezes o que havia gastado nas duas décadas anteriores, em aviões, tanques, navios de guerra e outros sistemas de armas sofisticados dos Estados Unidos.” (LITTLE, 2008, p. 145).

Portanto, a política dos “dois pilares” e a Doutrina Nixon mostraram uma grande evolução do fortalecimento das posições dos EUA no OM, pois pareciam tão bem asseguradas como havia há trinta anos (LITTLE, 2008, p.145). No entanto, apesar da conclusão da Inteligência norte americana que o principal perigo para os EUA não vinha de intervenções externas, mas sim, da instabilidade interna, o advento de uma Revolução veio para provar uma grande perda para a política de contenção na região e desmoronar com a construção de trinta anos de relações entre EUA e Irã.

3.4 Revolução Iraniana de 1979: o fim do bastião e *proxie* norte americano – Irã.

Quando Jimmy Carter¹⁶ assumiu o cargo em 1977, a posição estratégica dos Estados Unidos no Golfo Pérsico estava consolidada. Desde o início da Guerra Fria, o Irã desempenhou um papel fundamental na política externa dos Estados Unidos, tornando-se um dos pilares de sua estratégia de contenção do comunismo no Oriente Médio. Essa importância cresceu significativamente a partir da doutrina Nixon, que representou uma transformação na política externa norte americana, encontrando continuidade nos primeiros anos da administração Carter.

No entanto, o que surpreendeu a todos foi que, em 1979, todo o sistema de segurança regional construído pelos Estados Unidos no OM ao longo das últimas três décadas desmoronou. A monarquia iraniana foi deposta por uma revolução islâmica liderada pelo aiatolá Khomeini, de caráter extremamente antiamericano, causando grande preocupação em Washington.

Apesar dessa surpresa para os norte-americanos, o cenário político iraniano já vinha a tempos se deteriorando. Apesar dos supostos esforços do Xá em modernizar seu país, grandes ondas de insatisfação vinham atingindo o Irã há muitos anos. Problemas sociais como inflação, forte repressão popular, um governo extremamente autocrático, perseguições a líderes religiosos e, em grande parte, um sentimento de xenofobia e aversão a grande quantidade de americanos que estavam no Irã, no qual viam essa presença associada as reformas de modernização propostas pelo Xá, como uma ameaça aos valores identitários da sociedade islâmica iraniana foram apenas algumas das percepções internas para que o movimento

¹⁶ Serviu como 39º presidente dos EUA de 1977 até 1981.

revolucionário tomasse forma e consentimento na população (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 46).

Em 1977, os protestos no Irã começaram como um resultado do trabalho de intelectuais de classe média, advogados, políticos seculares e líderes comunitários. Esses protestos se manifestaram por meio de resoluções, declarações e cartas, com o objetivo principal de restaurar o governo constitucional. Em contraste, os protestos que surgiram no segundo semestre de 1978, começaram nas cidades e eram liderados por elementos seculares, e tiveram uma natureza mais centrada em elementos religiosos, frequentemente ocorrendo em torno de mesquitas. Esses protestos continuaram a crescer e a se tornar cada vez mais anti governo nos dias subsequentes, adquirindo um tom cada vez mais radical. Após a declaração da lei marcial em Teerã, as forças armadas dispararam contra os manifestantes em várias cidades, o que aumentou ainda mais o caos e a insatisfação popular com o Xá (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p.48).

Em novembro de 1978, o líder religioso Khomeini, após voltar do exílio em Paris, emitiu uma declaração de três pontos, pela primeira vez exigindo a deposição do Xá e o estabelecimento de um governo democrático e islâmico. Em 9 de dezembro de 1978, dezenas de milhares de pessoas participaram de marchas contra o regime em Teerã e outras províncias. Até que no final de dezembro, *Shapour Bakhtiar*, líder da Frente Nacional, concordou em formar um governo com a condição de que o Xá deixasse o país. *Bakhtiar* obteve um voto de confiança do *Majlis* em 3 de janeiro de 1979, e o Xá deixou o país três dias depois. Conforme seu avião decolava, comemorações eclodiram em todo o país. Isso marcou um ponto crucial na Revolução Iraniana e no fim do regime monárquico (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 48).

Como resultado, o arranjo de defesa coletiva organizado nos princípios de contenção soviética na região do Oriente Médio, construído a partir do conceito de "*northern tier*", perdurou por duas décadas e, após falhar, culminou com a Revolução Islâmica de 1979, a retirada do Irã da CENTO e a queda do regime do Xá, o que representou o fim definitivo da doutrina de contenção centrada nas nações do "*northern tier*". Isso tudo significou a perda do principal aliado norte-americano na região, rompendo a "ligação" entre Turquia e Paquistão e desmantelando o "cordão" de contenção em torno da União Soviética.

Para agravar ainda mais a situação diplomática entre EUA e Irã, a embaixada norte americana foi invadida por radicais, em reação ao asilo concedido pelos EUA ao Xá, tomando cerca de 52 reféns, entre eles cidadãos norte-americanos e agentes diplomáticos (LITTLE, 2008, p.151). Isso resultou no rompimento das relações diplomáticas entre esses dois países, marcando profundamente a política entre ambos nas décadas subsequentes. Dessa maneira, a

década de 1970, marcada por perdas na região, Carter viu-se obrigado a revisar a estratégia estabelecida por seus antecessores para o Oriente Médio. A solução apresentada pelo seu conselheiro de segurança nacional, Zbigniew Brzezinski, foi a formulação da Doutrina Carter: “Uma tentativa por qualquer força externa de ganhar controle da região do Golfo Pérsico será vista como um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e tal ataque será repellido por quaisquer meios necessários, incluindo força militar” (CARTER apud LITTLE, 2008, p. 152).

Enquanto isso, os acontecimentos no Irã também impactaram a União Soviética, que reconheceu novas oportunidades para aumentar sua influência na política do Oriente Médio durante a Guerra Fria, de modo que, ao final de 1979, Moscou inferiu sua invasão ao Afeganistão.

4. A GUERRA IRÃ-IRAQUE DE 1980: DA PERDA DO ALIADO À MANUTENÇÃO DOS INTERESSES:

A Guerra entre a República Islâmica do Irã, comandada pelo aiatolá Ruhollah Khomeini, e a República do Iraque, liderada por Saddam Hussein, de 1980, é considerada a maior guerra moderna do séc. XX, pós Segunda Guerra Mundial. O conflito durou aproximadamente oito anos, e teve um saldo de mais de um milhão de mortos, sendo marcado pelo uso de armas químicas, disputas hegemônicas, fundamentalismo religioso, defesa de soberania nacional e, principalmente, consolidação de Estados e seus interesses, na esfera regional e internacional.

Para compreender a participação iraniana neste conflito e como a política externa dos EUA continuou a permear suas instâncias regionais, se faz necessário analisar o conflito como um todo, para posteriormente compreender as reais motivações que levaram o Irã à Guerra com o Iraque e mais, quais as conjunturas que resultariam no escândalo político Irã-Contras, conflagrando a interferência norte americana para preservar a manutenção de seus interesses. Assim, este capítulo será dividido em três partes: (1) a Guerra- Irã-Iraque de 1980; (2) o Caso Irã-Contras, e por fim; (3) o Irã pós Guerra e a política externa norte americana.

4.1 A Guerra- Irã-Iraque de 1980: o discrepante conflito na Guerra Fria

Apesar de ocorrer durante a Guerra Fria, a guerra entre o Irã e o Iraque se destacou de muitas maneiras dos conflitos típicos desse período. Enquanto a dinâmica usual das hostilidades compreendia o envolvimento direto dos Estados Unidos e da União Soviética em lados opostos,

como por exemplo a Guerra do Vietnã, na Guerra Irã-Iraque ambos os lados apoiaram oficialmente o Iraque, mas secretamente, tanto os americanos quanto os soviéticos também apoiaram o Irã (SANTOS, 2020). Desse modo, no que tange a postura norte americana, apesar de oficialmente apoiar o Iraque seu objetivo nunca foi encontrar um grande vitorioso no Golfo Pérsico, mas sim não permitir a consolidação de um notável ator hegemônico regional. A estratégia adotada pelo governo de Ronald Reagan¹⁷ (1981-1989), baseou-se em alianças precisas, mas também em mudanças que oscilavam conforme os rumos da guerra e contribuía de acordo com as necessidades estadunidenses (AMARAL, 2022, p.218).

As raízes para o conflito foram diversas, sendo necessário um aprofundamento maior nas dinâmicas regionais que operavam em ambos os Estados naquele período. Porém, para os fins de análise dessa pesquisa, destacam-se, principalmente, alguns momentos, como: (i) Revolução Islâmica Iraniana de 1979 e seu objetivo de exportar a todos os países árabes seu novo modelo islâmico de regimento estatal; (ii) a ascensão de Saddam Hussein à Presidência do Iraque e seu objetivo de torná-lo o grande líder do Golfo; (iii) a disputa territorial, da fronteira fluvial entre Irã e Iraque, conhecida como *Shatt al Arab*, região que dava acesso ao escoamento da produção de petróleo, e possuía grandes reservas petrolíferas inexploradas; e a (iv) a crise financeira e social enfrentada pelo recém formado governo da República Islâmica do Irã, que acreditava que a “solução” para os problemas internos se daria através da “conquista” do Iraque (HIRO, 2003).

Outrossim, a questão da disputa territorial de fronteira fluvial *Shatt al Arab* merece maior destaque, pois era um dos atritos mais antigos entre Irã e Iraque e perpassava interesses essenciais de ambos, como petróleo e o controle sob sua escoação, além de ter sido o palco para o estopim da Guerra. Neste contexto, os primeiros desentendimentos remetem ao ano de 1934, quando o Iraque levou essa disputa à Liga das Nações, mas após não surtir efeito, em 1936 ambos concordaram em retirar o caso e retornar às negociações diretas. Como resultado das contínuas pressões iranianas, fortalecidas à época pelos interesses petrolíferos britânicos, o Iraque cedeu quatro milhas frente a *Abadan*, cidade iraniana fronteira ao rio *Shatt al Arab*, onde coincidentemente estava localizada uma grande refinaria de petróleo pertencente à *Anglo-Persian Oil Company* (HIRO, 2003, p.11). Desse modo, o:

“Tratado de Fronteira Irã-Iraque, assinado em 4 de julho de 1937, estabelecia que o *Shatt al Arab* estava aberto para a navegação de todos os países do mundo. [...] Confirmou os limites territoriais conforme estabelecidos nos acordos de 1913-14 e amendou apenas as fronteiras fluviais.” (HIRO, 2003, p.11, tradução nossa).

¹⁷ 40º presidente dos EUA, governou o país de 1981 até 1989.

Posteriormente, no período de 1975-79, após a escalada de uma série de entendimentos entre ambas as nações, em 6 de março de 1975 é assinado em Argel, durante uma conferência da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), um novo Tratado para delimitação das fronteiras fluviais e acesso ao *Shatt Al Arab* (HIRO, 2003, p.17). O Acordo de Argel marcou uma conquista para o Irã, atendendo a uma demanda que remontava a mais de 60 anos: a aplicação do *thalweg principle*¹⁸ na demarcação da fronteira ao longo do *Shatt al Arab*. Isso resultou em um novo tratado denominado de “Fronteira e Relações de Boa Vizinhança”, e na nomeação de uma comissão conjunta para definir a nova fronteira, na qual o Irã concordou em ceder território nas proximidades das aldeias de *Zain al Qaws* e *Saif Saad*, na região de *Qasr-e Shirin*, como compensação ao Iraque por sua concessão no *Shatt al Arab* (HIRO, 2003, p.19).

Nos anos seguintes, em meados de setembro de 1980 as vésperas da eclosão da Guerra, após Saddam assegurar o apoio dos governos da Arábia Saudita e do Kuwait, os conflitos entre Irã e Iraque eclodiram.

Em 2 de setembro de 1980, confrontos irromperam entre as tropas iraquianas e iranianas nas proximidades de *Qasr-e Shirin*. Dois dias depois, o Irã bombardeou as cidades iraquianas de *Khanaqin* e *Mandali* a partir da área disputada da vila de *Zain al Qaws*. Bagdá afirmou ter tomado posse de *Zain al Qaws* em 7 de setembro, seguido por *Saif Saad* três dias depois, além de cinco postos fronteiriços em 13 de setembro. Um grande episódio remarcando o irrompimento da Guerra, foi em 17 de setembro, quando Saddam Hussein fez um discurso televisionado perante a Assembleia Nacional, no qual rasgou as cópias iraquianas do Acordo de Argel e do subsequente Tratado sobre Fronteiras e Relações de Vizinhança. Segundo o presidente iraquiano, isso significou que seu país havia recuperado plena soberania sobre o *Shatt al Arab*, enfatizando que, dali em diante, os navios iranianos que utilizassem a via navegável deveriam empregar pilotos iraquianos e hastear a bandeira iraquiana. Teerã recusou. O resultado foi o início de combates intensos ao longo do *Shatt al Arab*, sucedendo na invasão iraquiana ao Irã (HIRO, 2003, p.19-39).

¹⁸ Em português, Princípio de Talvegue, faz parte do Direito Internacional, e tem como objetivo resolver disputas de fronteiras marítimas. De acordo com esse princípio, a fronteira entre dois estados divididos por um corpo d'água em movimento pode ser desenhada ao longo do talvegue, que é a linha da maior profundidade do canal.

Nesse momento, o governo Reagan estava convencido de que uma vitória do Irã seria desastrosa para o Ocidente. Desse modo, durante a primeira fase da guerra (1980-84) os norte-americanos estiveram pró-Iraque.

Em maio de 1983, após o encontro do vice-presidente do Iraque, Tariq Aziz, com o Secretário de Estado dos EUA, George Shultz, em Paris, o Governo Reagan autorizou a venda de 60 helicópteros ao Iraque, alegando que seriam destinados para "uso agrícola". Além disso, foi concedido um crédito de US\$ 460 milhões pela venda de 147.000 toneladas de arroz americano a Bagdá. Ainda neste período, os laços comerciais entre Bagdá e Washington já eram tão estreitos que as relações giravam em torno de US\$ 1 bilhão (HIRO, 1991, p. 191). Com a retomada das relações diplomáticas em 1984, por meio de discursos públicos, Saddam confirmava que vinha recebendo inteligência militar oriunda de aviões de inteligência AWACS, tripulados pelos EUA e despachados pela Arábia Saudita. Ainda neste ano, em consonância com a estratégia de guerra adotada pelo Iraque, de vencer o Irã através do enfraquecimento de sua economia por meio da redução da sua capacidade de exportar petróleo, os EUA ao adicionar o Irã à lista das nações que apoiam terrorismo internacional, forçaram-no a firmes controles de exportação, dessa maneira, enfraquecendo-o economicamente (HIRO, 1991, p. 192).

Com o decorrer do conflito, o contínuo auxílio norte-americano era fundamental para a manutenção do Iraque na Guerra. Mas após um acordo entre Irã e Iraque, em 1984 mediado pela ONU, de que ambos os países deveriam cessar o ataque a centros populacionais, a participação norte-americana ao lado do Iraque tornou-se ainda mais primordial. Essa mudança fez com que a natureza do conflito se modificasse, alterando assim as próprias táticas utilizadas, ao passo que este período, a partir de fevereiro de 1984, ficou conhecido como Guerra do Tankers (navios-petroleiros e suas bases: refinarias, terminais de exportação, portos) e se arrastou até 1988 (AMARAL, 2022, p. 219).

No que diz respeito à ofensiva iraniana, a partir da invasão do Iraque em 1982, essas forças conquistaram partes do território iraquiano em ofensivas ocorridas em 1983, chegando perto de cortar a rodovia Basra-Bagdá e capturando a estratégica Península de Fao ao longo do território de *Shatt al-Arab* em fevereiro de 1986. Em janeiro de 1987, durante a Operação Karbala V, a ofensiva mais bem preparada do Irã, o país representou uma ameaça significativa ao porto da cidade de Basra, sendo a ameaça mais séria em anos (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 68).

No entanto, Saddam Hussein escapou de uma vitória decisiva ao usar aeronaves adquiridas da União Soviética e da França para bombardear instalações de petróleo na Ilha Khar, além de utilizar mísseis de artilharia contra cidades e armas químicas contra as forças

iranianas (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 68). Nesse sentido, a partir da ofensiva iraquiana chamada de *Tawakalna ala Allah*, a atuação norte-americana esteve mais presente e de forma direta no conflito. A primeira batalha dessa ofensiva, Al Faw, que foi a primeira das cinco grandes batalhas finais entre Irã e Iraque, teve início paralelamente quando os americanos destruíram uma plataforma de petróleo iraniana em resposta a um ataque da Guarda Revolucionária a um navio dos Estados Unidos. Por outro lado, a última batalha coincidiu com o abate de um Airbus iraniano pela Marinha dos Estados Unidos (PELLETIERE, 1992, p.147). Dessa forma, o envolvimento direto dos Estados Unidos no combate aos iranianos desempenhou um papel crucial no término do conflito.

Todavia, a realidade beligerante da Guerra e a ingerência norte-americana provaram-se mais interessante de analisar, ao expor que durante os anos de auxílio à Saddam Hussein, os EUA através de *covert actions* promovidas pela CIA, financiaram armas ao Irã, no que ficou conhecido como o escândalo Irã-Contras. Durante uma coletiva de imprensa na Casa Branca, o presidente Ronald Reagan revelou que fundos provenientes de acordos secretos de armas com a República Islâmica do Irã, que estava sujeita a um embargo de armas, foram desviados para financiar os Contras na Nicarágua. Esse acontecimento expôs as *covert actions* dos Estados Unidos em apoio ao Irã no auge do conflito com o Iraque (AMARAL, 2022, p. 220).

Portanto, ao final da guerra, ficava evidenciado que a postura dos EUA não preservou nenhum compromisso real com o Iraque e que suas práticas revelavam a tentativa de preservar um equilíbrio no Oriente Médio, inibindo a ascensão e expansão do Islã político iraniano e certificando-se de conter avanços geopolíticos iraquianos. A vitória iraquiana deflagrada em 20 de agosto de 1988, deu a Saddam Hussein a “moral” necessária para acelerar suas ambições hegemônicas no OM, processo visto na invasão ao Kuwait, em agosto de 1990.

4.2 O Caso Irã-Contras

O caso Irã-Contras foi uma operação secreta elaborada em conjunto pelo Serviço de Inteligência Norte-Americano (CIA) e o Mossad, Instituto para Informações e Operações Especiais do Estado de Israel, o serviço secreto para operações “confidenciais”. A operação conjunta tinha como objetivo libertar os reféns estadunidenses sequestrados na Embaixada norte-americana no Líbano, tomada por rebeldes jihadistas do grupo pró-iraniano Hizbollah e paralelamente pôr um fim ou amenizar as hostilidades de Teerã à Washington (LITTLE, 2004, pp.694-698). Desse modo, Robert McFarlane, conselheiro de segurança nacional de Reagan, e David Kimche um ex-agente do Mossad que atuou como diretor-geral do Ministério das Relações Exteriores de Israel, arquitetaram um plano para libertar os reféns americanos no

Líbano. O plano seguia da seguinte maneira: o Irã precisava de mísseis antitanque T.O.W. americanos para evitar perder sua guerra contra o Iraque, ao passo que, o Pentágono entregou 504 mísseis para Israel, que organizou a transferência em duas parcelas para os iranianos, que por sua vez pressionaram o Hizbollah a começar a liberar os americanos que mantinham sequestrados em Beirute (LITTLE, 2004).

Ademais, o interesse norte-americano no Irã permanecia tão alto nas altas cúpulas da Washington que, em 15 de maio de 1986, o presidente Reagan autorizou uma visita secreta de oficiais americanos ao Irã e aprovou um documento que delineava a política dos EUA em relação ao Irã a ser entregue aos seus homólogos iranianos. Esse documento foi baseado no memorando do Tenente-Coronel Oliver North, membro do NSC, no qual dizia:

“Convencemos os iranianos de uma ameaça significativa de curto e longo prazo da União Soviética [...]Contamos com informações reais e enganosas para demonstrar essa ameaça durante nossa visita. Eles mostraram um grande interesse nesse assunto como parte do relacionamento a longo prazo [...] não temos interesse em uma vitória do Iraque sobre o Irã. Estamos buscando o fim desse conflito e queremos usar um relacionamento melhorado com o Irã para avançar nesse sentido" (HIRO, 1991, p. 218, tradução nossa).¹⁹

Adicionalmente as estratégias norte-americanas de vendas de armas aos iranianos e suas tentativas de reaproximação com Teerã, o plano de Robert North se estendia ainda mais na tentativa de maximizar as barganhas aos EUA. Desse modo, North considerou que se os Estados Unidos e Israel pudessem secretamente organizar a venda de armamento militar ao Irã, poderiam haver grandes benefícios não apenas no Líbano, mas também na América Central, onde os contrarrevolucionários ou "contras", treinados pela CIA, estavam tentando derrubar o regime de esquerda que havia assumido o poder na Nicarágua em 1979. Impressionado pelo raciocínio de North, em janeiro de 1986, o presidente Reagan autorizou o NSC e a CIA a lançarem a "Operação Recovery", oficialmente descrita como uma tentativa de encorajar iranianos com uma postura pró-Occidente. Contando com uma série de intermediários, o Coronel North organizou para que o Pentágono fornecesse aos israelenses até quatro mil mísseis T.O.W. para venda aos iranianos, para que posteriormente o dinheiro fosse “lavado” em fundos na Suíça e transferido aos Contras da Nicarágua (LITTLE, 2004, pp.695-698).

Apesar do grande esforço para manter esse fluxo de venda de armas aos iranianos e transferência de dinheiro aos Contras, o projeto de North não se estendeu por muito tempo. Em

¹⁹ "We have convinced the Iranians of a significant near-term and long-range threat from the Soviet Union," it stated. "We have real and deceptive intelligence to demonstrate this threat during our visit. They have shown considerable interest in this matter as part of the longer-term relationship." Elsewhere, the memorandum stated: "We have no interest in an Iraqi victory over Iran. We are seeking an end to this conflict and want to use an improved relationship with Iran to further that end." (HIRO, 1991, p. 218)

outubro de 1986, um jornal libanês revelou a hipocrisia da política antiterrorista norte-americana, expondo as manobras de Oliver North e confirmando as suspeitas árabes em relação aos americanos e israelenses (LITTLE, 2004, p. 698).

Não obstante, é necessário compreender que houveram ganhos parciais, especialmente para os iranianos. Após o vazamento desse escândalo nos noticiários do mundo inteiro, o presidente Ronald Reagan, num pronunciamento televisionado afirmou publicamente a importância geográfica e estratégica do Irã, além de ressaltar o desejo de restituir relações amigáveis com Teerã. Conforme exposto abaixo:

"(O) Irã engloba algumas das geografias mais críticas do mundo [...] lhe confere uma posição crítica a partir da qual adversários podem interferir no fluxo de petróleo dos estados árabes que fazem fronteira com o Golfo Pérsico. Além da geografia, os depósitos de petróleo do Irã são importantes para a saúde a longo prazo da economia mundial [...] entre os interesses nacionais básicos americanos e iranianos, não há necessidade de conflito permanente." (HIRO, 1991, p. 219, tradução nossa).²⁰

Outrossim, as repercussões geopolíticas para o Irã foram positivas, pois apesar do fornecimento de armentos vindos de Washington tenha parado, um inusitado “parceiro” continuou a fazer as entregas desses materiais: Israel, que tinha interesses numa possível vitória do Irã sobre o Iraque.

Embora tenha causado grande preocupação nos países do Golfo, a expansão da presença norte-americana na região, especialmente no período final da Guerra, onde o conflito foi levado às plataformas *offshores* e navios cargueiros, serviu para amenizar os ânimos e angariar dois novos importantes aliados: Arábia Saudita e Kuwait. À medida que os EUA começaram a avançar com a escolta dos navios-tanque do Kuwait, implementaram um plano conjunto saudita-americano para estender a vigilância para o Golfo Inferior (HIRO, 1991, p. 221).

4.3 O fim: o Irã pós Guerra e a política externa norte americana.

Com o fim do conflito, oriundo de cessar-fogo previsto na Resolução 598 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, diversas mudanças na política interna e externa do Irã foram postas em prática. Sua relação com os EUA permaneceu acirrada, havendo uma melhora no imediato pós guerra, mas se deteriorando ao longo da década subsequente. Particularmente em

²⁰ "Iran encompasses some of the most critical geography in the world," he stated. "Iran's geography gives it a critical position from which adversaries could interfere with oil flows from the Arab states that border the Persian Gulf. Apart from geography, Iran's oil deposits are important to the long-term health of the world economy." Turning to the political aspect, he said, "The Iranian revolution is a fact of history, [and] between American and Iranian basic national interests, there need be no permanent conflict." (HIRO, 1991, p. 219)

virtude ao contínuo desenvolvimento do programa nuclear iraniano, o financiamento à grupos considerados “terroristas” e o desenrolar das questões palestinas-israelenses.

Segundo Washington, a aceitação de Teerã sobre a resolução de cessar-fogo foi vista como um sucesso, resultado de sua firme determinação em manter o rumo e seguir uma política consistente para a região. Além disso, com o fim dos ataques iranianos aos navios no Golfo, a tensão entre Teerã e Washington diminuiu ao ponto do secretário de Defesa dos EUA anunciar, em 9 de agosto de 1988, que o Pentágono reduziria sua frota de 27 navios de guerra no Golfo para o nível pré-guerra, entre quatro e cinco navios (HIRO, 1991, p. 252).

Posteriormente, houve um progresso constante em direção à normalização das relações diplomáticas, principalmente devido a aceitação da Resolução 598. O aprimoramento das relações do Irã com os dois membros europeus permanentes do Conselho de Segurança, França e Reino Unido, tranquilizou o país de que poderia esperar um tratamento imparcial por parte do Conselho, à medida que a França reconsiderava sua decisão em revogar os embargos econômicos sobre a compra de petróleo iraniano e a Reino Unido, ao endossar os protestos iranianos contra o Iraque sobre a utilização de armas químicas durante a guerra (HIRO, 1991, p. 253). Isso era particularmente relevante, uma vez que o Conselho fornecia diretrizes gerais ao secretário-geral ao passo que ele presidia as negociações de paz entre Teerã e Bagdá.

Quanto as questões internas, que resultaram numa mudança da postura iraniana e suas orientações de política externa para a década seguinte, a principal atribuição a esse fenômeno foi em detrimento a morte do líder revolucionário islâmico aiatolá Ruhollah Khomeini e a sucessão à presidência de Akbar Hashemi Rafsanjani, em 1989. Tal acontecimento permitiu uma virada em direção a políticas mais pragmáticas, dedicando-se em melhorar as relações diplomáticas internacionais do Irã e permitindo ao novo governo redirecionar recursos e energias para a reconstrução do pós guerra e recuperação da economia iraniana (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 70).

Durante e após Guerra do Golfo (1990-1991) a política externa iraniana refletiu uma abordagem mais moderada, mantendo-se fora do conflito e aproveitando o momento para melhorar suas relações diplomáticas com os países do Golfo Pérsico, em especial com a Turquia, Arábia Saudita e Kuwait. Assim, como contrapeso ao relacionamento tenso com os Estados Unidos, o Irã buscou fortalecer relações com outras potências importantes, incluindo Alemanha, China, Rússia, Japão e França. Essa estratégia provou ser vantajosa, uma vez que o Irã garantiu fontes de armamentos e créditos industriais, além de apoio diplomático abrangente (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 72).

Porém, ao manter uma postura internacional de apoio a organizações e grupos, “radicais”, principalmente o Hezbollah e a Jihad Islâmica Palestina, e adotar uma postura hostil em relação ao processo de paz de Oslo e ao acordo palestino-israelense de 1993, o Irã aumentou o peso e seu papel na região, mas deteriorou ainda mais suas relações com os EUA. Assim, essas ligações na política externa iraniana, a tentativa de obter mísseis de médio e longo alcance e suspeitas de que estivesse buscando armas nucleares agravaram ainda mais sua relação com os EUA. À medida que Washington manteve amplas sanções e pressionou seus aliados para limitar a cooperação econômica, Teerã viu-se limitado ao acesso de empréstimos do Banco Mundial, investimentos de empresas internacionais na indústria de petróleo e gás e na transferência de tecnologia nuclear (CURTIS; HOOGLUND, 2008, p. 73).

Portanto, no período pós Guerra com Iraque, mais especificamente ao final da Guerra Fria, a política externa iraniana e sua relação com os EUA mantiveram o padrão pós revolução de 1979, marcada por um rompimento diplomático e sanções econômicas. Esse elemento radical na política externa do Irã serviu a vários propósitos, especificamente internos. Khamenei, o novo aiatolá, acreditava que a hostilidade inflexível em relação a Israel e aos EUA aumentava sua influência com importantes grupos de interesse internos e com seus homólogos islâmicos no exterior. Apesar disso, o Irã manteve um pragmatismo com os demais países do Golfo, especialmente Arábia Saudita e Kuwait, e buscou expandir e estreitar laços diplomáticos com demais países como Alemanha, China, Rússia, Japão e França.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao longo da Guerra Fria, especialmente a partir de 1947 até 1979, os EUA empreenderam diversas manobras políticas e estratégias governamentais para estabelecer e construir uma relação com o Irã para que este se tornasse o bastião dos interesses Ocidentais no OM e fosse fator chave na estratégia de contenção soviética. Conforme deflagrado neste estudo, atingiram tais objetivos a partir da implementação de ações práticas oriundas de documentos do Conselho de Segurança Nacional, deposição do governo opositor de Mosaddeq no Irã e uma extensa rede de auxílio militar e econômico para a construção do arsenal iraniano. E, mesmo após a perda desse aliado com a Revolução de 1979, continuaram a empreender seus objetivos imperialistas, conforme exposto no maior escândalo político norte-americano, pós Watergate, o caso Irã-Contras.

Os ultrassecretos documentos, como o NSC-68, NSC-155, NSC-5820 e o NSC-136/1 demonstraram a interferência norte-americana empiricamente na delimitação de contenção soviética, além de comprovarem como e através de quais estratégias políticas essa contenção

se orientou e culminou na escolha do Irã como tal representante. Em particular o NSC-136/1 que foi especificamente proposto no cenário de golpe de Estado para restauração de um governo pro-Occidente em Teerã, expressa essa ingerência. Os demais documentos, assim como os diversos pactos de defesa regional, como a MEDO, Pacto de Bagdá e pôr fim a CENTO, tiveram como principal objetivo a manutenção e consolidação do projeto hegemônico capitalista estadunidense a partir dos auspícios da contenção soviética.

Outrossim, é crucial observar que a Revolução Islâmica de 1979 assinalou o fim definitivo da doutrina de contenção e implicou na perda do principal aliado norte-americano na região, sendo um grande marco divisório na análise das relações entre ambos os países. A guerra com o Iraque em 1980, marcou a política externa dos EUA no OM, no qual sua dupla participação foi baseada somente em seus interesses de garantir acesso a fontes energéticas do Golfo Pérsico e não permitir a ascensão de um *hegemon* regional. Quanto ao Irã, serviu a esse propósito, mesmo sem a consciência de tal desígnio, conforme expresso no escândalo político Irã-Contras.

Desse modo, a partir da compreensão desses fenômenos, o trabalho buscou expandir o conhecimento acerca das relações entre EUA e Irã no período da Guerra Fria, onde era notável a falta de literatura acadêmica desse tema, principalmente na língua portuguesa. Muito se discute sobre outros importantes atores na região e pouca luz é dada ao Irã quanto sua expressividade e relevância na geopolítica do Oriente Médio durante esse período. Assim, a inclusão de uma perspectiva crítica sobre a construção do Irã como um aliado ocidental interseccionado com o estudo dos principais acontecimentos na política iraniana, trazem à pesquisa uma singularidade e relevância de estudo.

Em última observação, este trabalho destaca a importância de se continuar estudando e expandindo o conhecimento sobre o Irã, a fim de quebrar o tabu e senso comum que diminui as particularidades históricas desse país à simplicidade e redundância do “fundamentalismo religioso”. A análise crítica feita nesse estudo é fundamental para compreender como o Irã foi objeto do imperialismo norte-americano durante a Guerra Fria e para destacar as consequências de quem se atreve a contrariar essa ordem hegemônica global.

6. REFERÊNCIAS:

AL SARHAN, A. S. United States Foreign Policy and the Middle East. *Open Journal of Political Science*, Atlanta, v.7, n 454-472, set., 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.4236/ojps.2017.74036>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

AMARAL, Rodrigo Augusto Duarte. Dinâmicas de poder dos EUA por um Iraque pós-Saddam: a articulação entre o governo norte-americano e as elites do poder iraquiano na década de 1990. 2022. Tese (Doutorado em Relações Internacionais: Programa San Tiago Dantas) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Relações Internacionais: Programa San Tiago Dantas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/26502>>. Acesso em: 24 mar. 2023.

BARRETT, Roby. *The Greater Middle East and the Cold War: US Foreign Policy under Eisenhower and Kennedy*. New York: I. B. Tauris, 2007.

CARTER, J. Jimmy Carter State of the Union Adress, Georgia, january 16, 1981. Jimmy Carter Library and Museum, Jan., 1981. Disponível em <http://www.jimmycarterlibrary.org/documents/speeches/su81jec>. Acesso em: 28 abril 2023.

CURTIS, Glenn; HOOGLUND, Eric. *Iran: a country study*. 5 ed. Washington D.C.: Federal Research Division, Library of Congress, 2008.

EUA. National Security Council Report, NSC 68, United States Objectives and Programs for National Security.[Washington], 14 abr. 1950. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116191.pdf?v=2699956db534c1821edefa61b8c13ffe>. Acesso em: 07. set. 2023.

_____. National Security Council Report NSC-5820: United States Objectives and Policies with Respect to the Near East. Washington, 23 jul. 1954. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus-1952-54v09p1/d219>. Acesso em: 07. set. 2023.

_____. National Security Council Report NSC 136/1: United States Policy Regarding the Present Situation in Iran. Washington, 20 nov. 1952. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB126/iran521120.pdf>. Acesso em: 13. out. 2023.

GADDIS, J. L. *We Now Know: Rethinking Cold War History*. New York: Oxford University Press, 1997.

GASIOROWSKI, Mark J.. The 1953 Coup D'etat in Iran. *International Journal Of Middle East Studies*. Cambridge University Press, Cambridge, v. 19, n. 3, p. 261-286, ago. 1987. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/163655>. Acesso em: 12 out. 2023.

HIRO, Dilip. *Neighbors, not friends: Iraq and Iran after the Gulf Wars*. London; New York: Routledge, 2003.

HIRO, Dilip. *The longest war: the Iran-Iraq military conflict*. New York: Routledge, 1991.

KENNAN, G. F. George Kennan's Long Telegram. Moscou, 22 fev. 1946. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116178>. Acesso em: 07. set. 2023.

KENNAN, G. F. The Sources of Soviet Conduct. *Foreign Affairs*, Nova York, v. 25, n. 4, 1947. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>. Acesso em: 07. set. 2023.

LITTLE, Douglas. *American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945*. 3ª ed. Chapel Hill, The University of North Carolina Press: 2008.

LITTLE, Douglas. Mission Impossible: The CIA and the Cult of Covert Action in the Middle East. *Diplomatic History*, vol. 28, no. 5, 2004, pp. 663–701.

MUNHOZ, Lucca Simonetti. A Turquia e o Irã na política externa estadunidense para o oriente médio durante a guerra fria. **Cadernos do Cáucaso- revista do laboratório de estudos dos países do Cáucaso**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://www.gppi-ufrrj.com/v3-n4-2020>> . Acesso em: 16 jun. 2023.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política externa dos Estados Unidos**. 3ª edição. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

PELLETIERI, Stephen C. *The Iran-Iraq war: chaos in a vacuum*. New York: Praeger Publishers, 1992.

SANTOS, João Victor Viana. O Irã na confluência geopolítica da união soviética e dos Estados Unidos durante guerra fria. **Cadernos do Cáucaso- revista do laboratório de estudos dos países do Cáucaso**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://www.gppi-ufjf.com/v3-n4-2020>> . Acesso em: 16 jun. 2023.

SHLAIM, Avi. *A Muralha de Ferro: Israel e o mundo árabe*. Fissus, 2004

TRUMAN, H. S. President Harry S. Truman's Address Before A Joint Session of Congress, March 12, 1947. Washington D.C., 12 mar. 1947. Discurso do presidente à uma sessão conjunta do Congresso. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/truman-doctrine>. Acesso em: 07. set. 2023.